



Número: **0801945-11.2019.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **15/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|--------------------------|
| RAPHAEL MENDES DE LIMA (AUTOR) | | Marcos Vinícius Almeida dos Santos (ADVOGADO) Francisco Israel Cardoso da Silva (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 45930574 | 19/07/2021 13:36 | Sentença | Sentença |
| 45844500 | 19/07/2021 09:48 | Termo de Audiência | Termo de Audiência |
| 45468877 | 07/07/2021 18:58 | SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS MÉDICOS | Petição (3º Interessado) |
| 45468863 | 07/07/2021 18:57 | LAUDO PERICIAL | Petição (3º Interessado) |
| 45468866 | 07/07/2021 18:57 | RAPHAEL MENDES DE LIMA | Documento de Comprovação |
| 44501993 | 14/06/2021 21:00 | Diligência | Diligência |
| 44501998 | 14/06/2021 21:00 | raphael mendes de lima 0801945 | Devolução de Mandado |
| 42791231 | 07/05/2021 08:54 | Mandado | Mandado |
| 42791229 | 07/05/2021 08:54 | Expediente | Expediente |
| 42791228 | 07/05/2021 08:54 | Expediente | Expediente |
| 42651184 | 04/05/2021 16:07 | Petição. Parte Autora. Manifestações | Petição |
| 41980801 | 19/04/2021 18:02 | Expediente | Expediente |
| 41980800 | 19/04/2021 18:02 | Expediente | Expediente |
| 41208756 | 29/03/2021 07:52 | Despacho | Despacho |
| 35775243 | 22/10/2020 06:22 | Despacho | Despacho |
| 35700242 | 20/10/2020 17:16 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 34053566 | 08/09/2020 12:59 | Devolução de Mandado | Devolução de Mandado |

| | | | |
|--------------|------------------|---|----------------------------------|
| 34053 569 | 08/09/2020 12:59 | Scan3 | Documento Comprovação Intimação |
| 33633 263 | 26/08/2020 14:46 | Mandado | Mandado |
| 33433 589 | 20/08/2020 14:15 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 33221 002 | 14/08/2020 09:58 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 32595 781 | 23/07/2020 14:37 | Petição | Petição |
| 32595 783 | 23/07/2020 14:37 | 2627025_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02 | Outros Documentos |
| 32595 785 | 23/07/2020 14:37 | 2627025_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01 | Outros Documentos |
| 32156 755 | 08/07/2020 13:09 | Expediente | Expediente |
| 32156 753 | 08/07/2020 13:09 | Expediente | Expediente |
| 30674 498 | 14/05/2020 16:30 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 30364 043 | 04/05/2020 20:44 | Contrarrrazões a Contestação | Contrarrrazões |
| 30364 045 | 04/05/2020 20:44 | Impugnação a Contestação | Outros Documentos |
| 28355 944 | 17/02/2020 16:03 | Expediente | Expediente |
| 23296 479 | 18/12/2019 16:58 | Habilitação em processo | Petição de habilitação nos autos |
| 27193 750 | 18/12/2019 16:58 | PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016 | Procuração |
| 27193 752 | 18/12/2019 16:58 | SUBSTABELECIMENTO- SUELIO | Substabelecimento |
| 23505 430 | 14/08/2019 13:02 | Certidão | Certidão |
| 23505 437 | 14/08/2019 13:02 | 2019-08-14 (1) | Aviso de Recebimento |
| 23296 470 | 07/08/2019 11:32 | Contestação | Contestação |
| 23296 472 | 07/08/2019 11:32 | 2627025_CONTESTACAO_01 | Outros Documentos |
| 23296 473 | 07/08/2019 11:32 | 2627025_CONTESTACAO_Anexo_01-email | Outros Documentos |
| 23296 474 | 07/08/2019 11:32 | KIT_SEGURADORA_LIDER | Outros Documentos |
| 22247 911 | 26/06/2019 15:32 | Certidão | Certidão |
| 22247 913 | 26/06/2019 15:32 | Carta de citação | Documento de Comprovação |
| 22207 338 | 25/06/2019 14:58 | Carta | Carta |
| 21337 141 | 29/05/2019 04:35 | Despacho | Despacho |
| 21184 919 | 15/05/2019 11:31 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 21185 215 | 15/05/2019 11:31 | INICIAL - DPVAT - Raphael | Outros Documentos |
| 21185 217 | 15/05/2019 11:31 | 1 -Procuração e documentos pessoais | Procuração |
| 21185 226 | 15/05/2019 11:31 | 2 - Boletim de Ocorrência | Documento de Comprovação |
| 21185 218 | 15/05/2019 11:31 | 3 - DULT | Documento de Comprovação |
| 21185 219 | 15/05/2019 11:31 | 4 - Prontuário Médico (1) (1) | Documento de Comprovação |
| 21185 221 | 15/05/2019 11:31 | 5 - Comprovante Via Administrativa | Documento de Comprovação |



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801945-11.2019.8.15.0331

[Seguro]

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – DPVAT, movida por RAPHAEL MENDES DE LIMA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A , em razão de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT.

Na inicial, aduz o autor que sofreu acidente automobilístico, incorrendo em prejuízo à sua integridade física, donde resultou debilidade permanente no(a) ombro direito, conforme laudo médico. Requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita e, no mérito, sejam julgados procedentes os pedidos da exordial , com pagamento do valor integral do seguro devido. Juntou documentos.

Regularmente citada, a promovida apresentou contestação onde levanta preliminar de carência de ação por falta de interesse processual. No mérito, a ausência de prova quanto ao fato constitutivo do direito do autor, eis que não demonstrou o autor a existência de dano físico de nível superior ao que já foi efetivamente indenizado administrativamente, a falta de laudo médico fornecido pelo IML e a necessidade de atendimento aos percentuais previstos para o dano físico, considerando sua gravidade e extensão, requerendo a total improcedência do pedido inicial.

Intimado para réplica, não houve impugnação.



Laudo pericial acostado (ID 45468866), sendo assegurada a manifestação das partes.

DECIDO.

1 – Das preliminares de mérito

Interesse-Necessidade - Ausência de prévio requerimento administrativo e/ou pagamento realizado na via administrativa

Suscita ainda carência de interesse processual que, diferente da legitimidade ad causam, em que este trata de avaliação subjetiva, versa sobre o objeto litigioso em concreto e é composto pelo trinômio da utilidade, necessidade e adequação.

Entende-se por útil a propositura da demanda quando plausível o direito que se busca, e necessária a tutela jurisdicional quando houver resistência à pretensão da parte por outras vias.

Dito isto, tem-se da preliminar arguida, que a parte promovente carece de interesse processual em decorrência da inexistência de prova da pretensão resistida, não revestindo dado pleito ao que dispõe o critério da necessidade.

De certo modo há razões de tanto, contudo, haja vista a peça contestatória impugnar razões de mérito da causa, resta demonstrada a resistência à pretensão autoral, amoldando-se ao requisito da necessidade, consoante entendimento da Suprema Corte, nos autos do Ag Reg RE 824.715/MA3.

Ainda, ante a preliminar de carência de ação por ter havido o adimplemento integral da obrigação, verifica-se que tal tese não tem amparo neste momento processual, ao passo que discute-se na lide exatamente o *quantum debeatur*, ou seja, qual o real valor a ser percebido pela parte promovente em decorrência dos danos suscitados, logo em nada versando sobre regularidade de cumprimento ou não de valor ora entendido pela parte promovida como devido e, sendo assim, tal defesa, é matéria de mérito por tratar-se do pedido.

Da Ausência de Documentos Probatórios de Causalidade - Laudo do IML



As demandas devem, sempre que possível, serem propostas em Juízo com provas mínimas do direito perquirido, consoante a conduta, o nexo de causalidade e o dano suportado pelo lesado/promovente a fim de se apurar a responsabilidade, culpa lato senso, do ofensor/promovido, constituindo tais de documentos indispensáveis à propositura desta, sob pena de vício processual de existência.

Importa salientar que não havendo possibilidade de provar minimamente cada um desses elementos quando da propositura, deve a parte demonstrar que a demanda por sua natureza deve caracterizar que tal diligência probatória, naquele momento processual, lhe é substancialmente onerosa e, não sendo o caso, nos termos do art. 321, caput, CPC/2015, se deve possibilitar que a parte diligencie no sentido de sanar o vício, sob pena de, em não atendendo satisfatoriamente o que requer a demanda, ser indeferida a inicial e extinto do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, CPC/2015.

Percebe-se que a legislação especial (Lei 6.194/74), conforme disposição no art. 5º, §1º, “a e b 1”, elenca documentos necessários ao pleito no âmbito administrativo, não constando que o laudo médico pericial seja essencial para a propositura da ação e, de outra forma não seria, haja vista que dado instrumento tem o condão instrutório, devendo ser apresentado nos autos até o julgamento da demanda, bem como há outros documentos que satisfazem a instrução da demanda até aqui, como prova de causalidade (Boletim de Ocorrência, Atendimento Médico Hospitalar), sendo suficiente em razão da responsabilidade objetiva pelo risco integral (art. 5º, caput, da Lei 6.194/74), logo, em nada inviabilizada a sua propositura, desta forma, não merece guarida tal pleito.

Do Dano

É prova indispensável e substancial aos processos dessa natureza o laudo médico pericial, a fim de se averiguar o grau da lesão suportada pela vítima e seja imposta a obrigação de adimplir a quem de direito, conforme previsão do §58, do art. 5º, da Lei 6.194/74, sendo dada obrigação estipulada na mesma legislação, de acordo com enquadramento respectivo ao grau do dano suportado.

Submetido a exame pericial, verifica-se do laudo acostado ter resultado lesão a(o) ombro direito do autor, de natureza permanente, onde conclui o senhor perito tratar-se de dano parcial incompleto, informando repercussão de 75% (setenta e cinco por cento) quanto ao grau de perda funcional do segmento corporal atingido.

Os documentos acostados à inicial indicam cabalmente os demais elementos para a formação do dever de indenizar, havendo demonstração do nexo causal entre o fato e a lesão suportada pelo sinistrado, estando reconhecido o dever de indenizar.



No tocante ao valor indenizável quando da ocorrência de fato sobre o qual versa esta demanda, a Lei 6.194/74 dispõe, em seu art. 3º, que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), por invalidez permanente, total ou parcial, no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e por despesas de assistência médica e suplementares (com gastos privados comprovados), no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme incisos I, II e III, respectivamente do mesmo dispositivo normativo.

No caso dos autos, conforme verifica-se das provas que instruem a demanda e atentamente o laudo da perícia médica, trata-se o caso da hipótese de levantamento de indenização abrangida na respectiva cobertura securitária para os casos de invalidez permanente parcial (completa ou incompleta), que têm como parâmetro para aferição do quantum indenizatório, nos termos do art. 3º, §1º, da Lei 6.194/74, a tabela de enquadramento anexa a essa.

Observando suscitada tabela, classifica-se a lesão sofrida como dano corporal segmentar, classifica-se a lesão sofrida como dano corporal segmentar, enquadrando-se a hipótese nos casos de perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo, o qual que tem aporte de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo estabelecido para dada hipótese de dano. Contudo, o laudo pericial atesta tratar-se de lesão com repercussão residual e, desta forma, a fim de verificar o valor correspondente à indenização perquirida, deve-se observar as disposições constantes do art. 3º, §1º, II, Lei 6.194/74, haja vista tratar-se de incapacidade permanente parcial incompleta de repercussão residual, o qual se atribui o valor percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do apurado no caso de incapacidade permanente parcial completa, correspondendo a seguinte operação aritmética:

| INCAPACIDADE PERMANENTE | CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS SOFRIDOS EM ESPÉCIE | % E R\$ PARA LESÃO PARCIAL COMPLETA | % E R\$ PARA LESÃO PARCIAL INCOMPLETA DE REPERCUSSÃO LEVE |
|-------------------------|---|-------------------------------------|---|
| Até R\$ 13.500,00 | perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25% R\$ 3.375,00 | 75% (sobre o valor da lesão parcial completa) R\$ 2.531,25 |

Assim, tem-se que o valor de R\$ 2.531,25,00 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) é o valor correspondente a ser indenizado, a título de cobertura securitária em razão dos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre à vítima/promovente desta demanda.

Dispositivo



Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, no sentido de CONDENAR a promovida a pagar a parte promovente o valor de R\$ 2.531,25.00 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), referente ao saldo remanescente, com juros de mora de 1% a.m., a contar da citação e correção monetária pelo INPC, a partir da data do fato, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC/2015.

Por fim, nos termos do art. 85, caput, ambos do CPC/2015, condeno as partes ao pagamento de custas processuais e demais sucumbências, de forma recíproca, fixando honorários advocatícios no correspondente a 20% sobre o valor da condenação, ficando suspensa a execução em relação ao autor em razão da concessão de gratuidade processual.

Interposto recurso de apelação, nos termos do art. 1.010, §1º, CPC, INTIME-SE a parte adversa para resposta, adotando-se a mesma sistemática para o caso de recurso adesivo, conforme §2º do mesmo dispositivo normativo e, decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE a tempestividade e/ou o decurso do prazo sem resposta, se for o caso, e nos termos do §3º, do mesmo dispositivo, REMETA-SE ao E. TJPB.

Decorrido o prazo sem interposição de recurso, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, nos termos do art. 523, caput, CPC/2015, INTIME-SE a parte promovente para requerer o que de direito, no prazo de (quinze) dias, bem como, INTIME-SE a parte promovida para recolher as custas judiciais finais, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentado requerimento de cumprimento de sentença, atendendo aos requisitos do rol do art. 524, CPC/2015, INTIME-SE a parte promovida para efetuar o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas dos §§1º e 3º, do art. 523, CPC/2015.

Realizado o pagamento, INTIME-SE a parte promovente para efetuar o levantamento do valor depositado ou apresentar manifestação, nos termos do art. 526, §1º, CPC/2015 e, não havendo discordância do valor, EXPEÇA-SE ALVARÁ, do contrário, impugnado o valor depositado, conclusos.

Não recolhidas as custas judiciais, providências do art. 429, caput, do Código de Normas Judiciais CGJ TJPB.



Demais providências e dever de cumprimento estrito aos ditames do art. 422, XI, do Código de Normas Judiciais - CGJ
TJPB. ARQUIVE-SE.

Cumpra-se.

P. R. I.

SANTA RITA, 19 de julho de 2021.

Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário da Paraíba



2ª Vara Mista de Santa Rita
PÇ ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA - PB - CEP: 58300-010
SANTA RITA
(83) 32177100

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo: 0801945-11.2019.8.15.0331
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Data e hora de realização: 19/07/2021 - 09:45:00

Juiz de Direito Presidente - MARIA DOS REMÉDIOS PORDEUS PEDROSA

Partes: RAPHAEL MENDES DE LIMA (autor)
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT (ré)

Advogados: FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA - OAB/PB 16769 (autor)
SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477 (ré)

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO_MUTIRÃO DPVAT. VIDEOCONFERÊNCIA REALIZADA PELA PLATAFORMA ZOOM, ESTANDO AS PARTES DEVIDAMENTE CIENTES POR MANDADO/SISTEMA PJE, TENDO RECEBIDO O RESPECTIVO LINK DE ACESSO. No dia e hora acima descrito, encontrando-se presente em formato de videoconferência a MM Juíza de Direito, Dra MARIA DOS REMÉDIOS P PEDROSA, foi determinada a abertura de audiência nos autos do processo em epígrafe, atendendo ao chamado as partes e seus Advogados, conforme acima apontado, estando a demandada representada por preposto nomeado - DAYANA NAYARA MARINHO DOS SANTOS. **INICIADA A AUDIÊNCIA**, foram as partes ouvidas sobre a possibilidade de acordo, levando em consideração o teor do laudo pericial acostado, que apontou a existência de lesão de natureza permanente e parcial incompleta no(a) ombro direito, correspondendo a 75% de perda funcional do segmento anatômico atingido, considerando que a Lei 6.194/74 atribui percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da indenização prevista. Administrativamente o autor NÃO recebeu pagamento administrativo, que seria de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). Chegaram as partes ao seguinte resultado: **HOUVE ACORDO ENTRE AS PARTES. ATO CONTÍNUO**, foi dada a palavra à parte demandada para impugnação formal ao laudo pericial acostado e, em seguida, à parte autora, por seus Advogados - **NÃO SE REGISTRANDO IMPUGNAÇÃO**. Alegações finais remissivas, ficando tudo registrado em mídia audiovisual, disponibilizado pelo sistema PJE MÍDIAS. **Por fim, pela MM JUÍZA FOI PROLATADO O SEGUINTE DESPACHO:** *"Vistos, etc. Conclusos, para prolação de sentença. DEFIRO O PEDIDO de liberação do pagamento da perícia médica realizada. Cientes os presentes". E, nada mais havendo a tratar, procedeu a MM Juíza ao encerramento deste termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado digitalmente.*



SOLICITAÇÃO DE HONORÁRIOS

Exma. Sra. Juíza da 2ª Vara Mista de Santa Rita - PB

Eu, Tiago Martins Formiga, médico, ortopedista, venho por meio desta, solicitar o pagamento dos honorários referente à perícia realizada do processo N° **0801945-11.2019.8.15.0331**, a que fui nomeado por Vossa Excelência.

Portanto, solicito que, os honorários referentes à esta perícia, sejam liberados em minha conta pessoa física, **CPF 051.447.734-27**, no **Banco do Brasil, agência 1619-5, conta corrente 25502-5**.

João Pessoa - PB, 07.07.2021

Tiago Martins Formiga

CRM-PB 8085 / Ortopedia e Traumatologia



FAÇO JUNTADA DA PERÍCIA





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA MISTA DE SANTA RITA

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL

PROCESSO: 0801945-11.2019.8.15.0331

AÇÃO: PROCEDIMENTO COMUM

AUTOR(A): RAPHAEL MENDES DE LIMA

PROMOVIDO: DPVAT

ESPECIALIDADE: PERÍCIA MÉDICA E ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

Sim ☒ Não ☐ Prejudicado ☐

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

Resp. : OMBRO DIRETO.



b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Resp. : PACIENTE FOI ATENDIDO NA CIDADE DE SANTA RITA-PB NO DIA 12/02/2018 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DA CLAVÍCULA DIREITA. O MESMO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA FIXAÇÃO DE FRATURA COM USO DE PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3.5 MM MAIS PARAFUSOS CORTICAIS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E REALIZOU 10 SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Resp.: Não se aplica.

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Resp.:

OMBRO DIREITO: APRESENTA CICATRIZ EM REGIÃO ANTERIOR DO OMBRO DE 20 CM, ATROFIA DA MUSCULATURA EM REGIÃO SUPERIOR DO PEITORAL E CINTURA ESCAPULAR, DEFORMIDADE EM REGIÃO SUPERIOR DA CLAVÍCULA COM PRESENÇA DE MATERIAL DE SÍNTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA. DOR A PALPAÇÃO LOCAL, ALTERAÇÃO DE SENSIBILIDADE EM TODO O TERRITÓRIO DA CICATRIZ, ATROFIA DOS COMPARTIMENTOS DO MANGUITO ROTADOR EM SUA REGIÃO DELTOIDEA LATERAL E ANTERIOR, DIMINUIÇÃO DA ABDUÇÃO DO OMBRO EM 40°, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO OMBRO EM 45°, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E ABDUTORA GRAU II, DIMINUIÇÃO DA ROTAÇÃO EXTERNA EM 40°, IMPORTANTE COMPROMETIMENTO DA FUNÇÃO DO OMBRO E ESTRUTURA ÓSSEA EM CLAVÍCULA DIREITA.



V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção “a” do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:



Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

OMBRO DIREITO

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☒

75% Intensa

2ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☒

50% Média

☐

75% Intensa

Local e data da realização do exame médico:

João Pessoa – PB, 30 de JUNHO de 2021

Tiago Martins Formiga

CRM 8085/ PB /Médico Perito





CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado ID 42791231 diligenciei até o endereço indicado onde fui informado por sua tia Elizangela Mendes de que o autor RAPHAEL MENDES DE LIMA só pode ser encontrado em casa à noite em virtude do seu trabalho. Diante disto, mantive contato telefônico com o autor e o cientifiquei do conteúdo do mandado e em seguida deixei a respectiva cópia com sua tia que se comprometeu a entregar-lhe. Dou fé.

Santa Rita,

14 de junho de 2021

RILDO GOMES CARVALHO





2ª Vara Mista de Santa Rita
PÇ ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA - PB - CEP: 58300-010
(83) 32177100

Nº do processo: 0801945-11.2019.8.15.0331
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUDIÊNCIA - AUTOR)**

A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Mista de Santa Rita, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos do despacho (ID 41208756) manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte autora: Nome: RAPHAEL MENDES DE LIMA (Endereço: R DESEMBARGADOR SINDULFO SANTIAGO, 296, POPULAR, SANTA RITA - PB - CEP: 58301-180 - CONTATO TELEFÔNICO: (83) 98858 3637), para comparecer:

DATA DA PERÍCIA: 30/06/2021 - HORÁRIO: 08H:30 - LOCAL: Hospital Memorial São Francisco, Av. Rui Barbosa, n. 198, Torre, Consultório da Ortopedia, 2º andar, João Pessoa/PB

DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 – HORÁRIO: 09H:45

A referida audiência será realizada por videoconferência, por meio da plataforma zoom, acessando o link <https://us02web.zoom.us/j/2376406873?pwd=RWNsV0hjOGpWQVNCWkFzY0Gp5U2FSUT09>

De ordem, LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



Assinado eletronicamente por: LUCIANA DE ALBUQUERQUE
FERREIRA

07/05/2021 08:54:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 42791231



21050708542575600000040708558

imprimir

Rildo Gomes Carvalho



Assinado eletronicamente por: RILDO GOMES CARVALHO - 14/06/2021 21:00:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21061421003706100000042306934>

Número do documento: 21061421003706100000042306934

12/05/2021 09:31

Num. 44501998 - Pág. 1

2ª Vara Mista de Santa Rita
PÇ ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA - PB - CEP: 58300-010
(83) 32177100

Nº do processo: 0801945-11.2019.8.15.0331
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUDIÊNCIA - AUTOR)

A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Mista de Santa Rita, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos do despacho (ID 41208756) manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte autora: Nome: RAPHAEL MENDES DE LIMA (Endereço: R DESEMBARGADOR SINDULFO SANTIAGO, 296, POPULAR, SANTA RITA - PB - CEP: 58301-180 - **CONTATO TELEFÔNICO: (83) 98858 3637**), para comparecer:

DATA DA PERÍCIA: 30/06/2021 - HORÁRIO: 08H:30 - LOCAL: Hospital Memorial São Francisco, Av. Rui Barbosa, n. 198, Torre, Consultório da Ortopedia, 2º andar, João Pessoa/PB

DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 – HORÁRIO: 09H:45

A referida audiência será realizada por videoconferência, por meio da plataforma zoom, acessando o link <https://us02web.zoom.us/j/2376406873?pwd=RWNsV0hjOGpWQVNCWkFzYOGp5U2FSUT09>

De ordem, LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De ordem da MM Juíza de Direito Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos do despacho (ID 41208756), intimo a seguradora promovida e seu advogado para comparecerem a audiência, designada para o **DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 – HORÁRIO: 09H:45**, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma zoom, acessando o link <https://us02web.zoom.us/j/2376406873?pwd=RWNsV0hjOGpWOVNCWkFzYOGp5U2FSUT09>

Santa Rita, 7 de maio de 2021

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De ordem da MM Juíza de Direito Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos do despacho (ID 41208756), intimo a parte autora e seus advogados para comparecerem a audiência, designada para o **DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 – HORÁRIO: 09H:45**, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma zoom, acessando o link <https://us02web.zoom.us/j/2376406873?pwd=RWNsV0hjOGpWOVNCWkFzYOGp5U2FSUT09>

Santa Rita, 7 de maio de 2021

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



AO DOUTO JUÍZO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE SANTA RITA/PB.

AUTOS N.: 0801945-11.2019.8.15.0331

RAPHAEL MENDES DE LIMA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe que promove contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, intermediado por seus procuradores *in fine* assinados, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex^a., em atenção ao expediente retro do ID 41980800, **informar o seu número de WhatsApp para fins de notificações e comunicações de estilo, qual seja: (83) 98858-3637.**

Ademais, manifesta ciência sobre a perícia médica agendada para a data de 30/06/2021, às 8:30 hs e a audiência para a data de 19/07/2021, às 09:45 hs.

Nesses termos,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, **04/05/2021.**



FRANCISCA CARDOZO DA SILVA

ADVOGADA – OAB/PB 15.011

FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA

ADVOGADO – OAB/PB 16.769



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De Ordem da MM. Juíza de Direito desta Unidade Judiciária, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, intimo a parte promovida, por todo teor do despacho ID 41208756 para comparecer aos atos designados:

DATA DA PERÍCIA: 30/06/2021 - HORÁRIO: 08H30

LOCAL: HOSPITAL MEMORIAL SÃO FRANCISCO, AV RUI BARBOSA, N. 198, TORRE, CONSULTÓRIO DA ORTOPEDIA, 2º ANDAR, JOÃO PESSOA/PB

DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 - HORÁRIO: 09H45

Santa Rita, 19 de abril de 2021

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De Ordem da MM. Juíza de Direito desta Unidade Judiciária, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, intimo a parte autora, por seu advogado, por todo teor do despacho (ID 41208756) e para que forneça, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dados a fim de viabilizar a INTIMAÇÃO por meios virtuais possíveis, nos termos do art. 3º da Resolução n. 313/2020 do CNJ, **preferencialmente número de whatsApp**, a fim de assegurar a ciência da parte autora e seu comparecimento aos atos designados.

DATA DA PERÍCIA: 30/06/2021 – HORÁRIO: 08H30

LOCAL: HOSPITAL MEMORIAL SÃO FRANCISCO, AV RUI BARBOSA, N. 198, TORRE, 2º ANDAR, CONSULTÓRIO DA ORTOPEDIA, JOÃO PESSOA/PB.

DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 - HORÁRIO: 09H45

Fica intimado o advogado da parte autora para firmar parceria para localização e comunicação por seus próprios esforços, dado o interesse na finalização do feito

Santa Rita, 19 de abril de 2021

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária





**Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801945-11.2019.8.15.0331

DESPACHO

Vistos, etc.

1 – Em virtude das medidas de proteção adotadas no âmbito do Estado da Paraíba de combate ao COVID-19 e da necessidade de realização de esforço concentrado nas ações de Cobrança de Seguro DPVAT que tramitam nesta unidade, decide este Juízo cindir o regime de mutirão programado em duas etapas, de modo a preservar as regras estabelecidas.

2 – INCLUO o processo nas pautas pre estabelecidas para perícia médica e audiência de conciliação/instrução, nomeando o médico TIAGO MARTINS FORMIGA, cadastrado junto ao TJPB, com especialidade na área de conhecimento necessária.

DATA DA PERÍCIA: 30/06/2021 - HORÁRIO: 08H:30

DATA DA AUDIÊNCIA: 19/07/2021 – HORÁRIO: 09H:45

3 – A fim de assegurar a ciência da parte e seu comparecimento, determino que a INTIMAÇÃO seja realizada por todos os meios virtuais possíveis, com prévio contato com o escritório responsável, para fornecimento de dados, além de firmar parceria para localização e comunicação por seus próprios esforços, dado o interesse na finalização do feito.

4 – Ficam os senhores oficiais de justiça orientados a proceder intimação com priorização dos meios virtuais, garantindo a necessária proteção e cumprimento dos atos do TJPB a este respeito.



(data e assinatura do sistema PJE)

SANTA RITA, 29 de março de 2021.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801945-11.2019.8.15.0331

DESPACHO

MUTIRÃO DPVAT

Vistos, etc.

1 – DETERMINO A SEPARAÇÃO PARA INCLUSÃO do processo em tela em pauta para o esforço concentrado que será realizado especificamente para os processos desta matéria (AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT), a ser realizado pela 2ª Vara Mista de Santa Rita.

2 – O processo será pautado obedecendo ordem cronológica de distribuição, quando se dará preferência aos que estão inseridos na Meta 2, do Conselho Nacional de Justiça.

3 – Feita a inclusão em pauta, deverá ser certificado nos autos a data e horário em que se será realizada a perícia médica, à qual se seguirá a audiência de uma de conciliação, instrução e julgamento.

QUANTO À PERÍCIA MÉDICA

4 – Serão nomeados peritos dentre os cadastrados pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, previamente convocados por este Juízo, os quais atuarão nas dependências do Fórum da Comarca de Santa Rita, com emissão de laudo técnico imediata e sua inserção no sistema PJE, de modo a possibilitar a realização da audiência logo a seguir.



5 – A seguradora demandada será previamente instada a nomear perito assistente, assegurando-se o contraditório.

QUANTO ÀS INTIMAÇÕES

6 – Os autores deverão ser intimados pessoalmente, por mandado.

7 – Os advogados e demais interessados, por via de sistema.

QUANTO À AUDIÊNCIA UNA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

8 – Em razão das medidas de segurança adotadas no plano gradual de retorno às atividades, as audiências serão realizadas na forma SEMIPRESENCIAL, por meio de VIDEOCONFERÊNCIA PELA PLATAFORMA CISCO WEBEX, sendo a todos previamente disponibilizado o link de acesso.

9 – As partes serão conduzidas a sala de audiência presencial, onde poderão acompanhar o ato. Os demais participantes, (parte demandada, preposto, Advogados) poderão optar por participar virtualmente.

OUTRAS QUESTÕES

10 – Dar-se-á sempre preferência a realização de audiências no dia onde haja coincidência da mesma parte demandada, de modo a atingir maior número de feitos.



11 – As partes deverão buscar complementar/instruir o máximo possível os autos, de modo a possibilitar a finalização do processo.

SANTA RITA, 22 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito



0801945-11.2019.8.15.0331

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, diante da certidão (ID 34053566), faço conclusão destes autos à MM Juíza.

Santa Rita, 20 de outubro de 2020

Luciana de Albuquerque Ferreira

Analista Judiciária



CERTIDÃO

Certifico que, tendo em vista a necessidade de isolamento social em virtude da pandemia do Novo Corona Vírus e a orientação do Conselho Superior Judiciário, para que se privilegie a utilização dos meios eletrônicos para a prática dos meios processuais, como também, do Ato Normativo Conjunto N°004/2020/TJPB/MPPB que Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção do contágio do COVID-19 e da Resolução o CNJ nº 313, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de contágio do COVID, validando intimações através de meios virtuais, mantive contato telefônico (991330633) com a **PERITA VERUSKA LUNGUINHO OLIVEIRA DE PONTES**, que ficou ciente do conteúdo da Intimação, compreendeu e concordou com essa forma de comunicação como medida adicional, e para documentar o ato, enviei cópia do mandado diretamente para o celular da mesma pelo aplicativo “Whatsapp”, cujo recebimento foi confirmado logo em seguida conforme documento de comprovação em anexo. Tendo em vista o espírito da lei do processo eletrônico, o princípio da utilidade das formas dos atos processuais, os artigos 277 do CPC, a situação excepcional na qual nos encontramos e ainda com o objetivo do mandado atingido procedi a **INTIMAÇÃO conforme descrito**, utilizando-me de meio idôneo de comunicação, ato que submeto a apreciação do juízo. Dou Fé.



Assim que a senhora verificar deixe o seu cliente

12:49 ✓✓

Agradeço

12:50 ✓✓

Hoje

Boa noite

18:11

Eu vi que o e-mail cadastrado e antigo e eu n tenho mais acesso a ele

18:12

Meu e-mail atual e
draveruskadermato@gmail.com

18:12

Tá certo Dra

18:14 ✓✓

Vou colocar na certidão

18:14 ✓✓



1:15

18:16 ✓✓

Oi ,desculoe ,esqueci de colocar

18:27

Você

Foto



Ciente

18:27

Não se preocupe!!!

18:28 ✓✓





2ª Vara Mista de Santa Rita

PC ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA / PB - CEP: 58300-010

(83) 32177100

Nº do processo: 0801945-11.2019.8.15.0331

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE PERITO

A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Mista de Santa Rita, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos do despacho (ID 21337141) manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, INTIME a PERITA nomeada abaixo:

Dr(a). VERUSKA LUNGUINHO OLIVEIRA DE PONTES, veruskapontes@ig.com.br (83) 9133-0633, AV. NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, 500 - TAMBAÚ João Pessoa 58039-111

para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.

Santa Rita, 26 de agosto de 2020

De ordem, Luciana de Albuquerque Ferreira

Analista Judiciária

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=>



19052112132824200000020738015

Número do documento: 19052112132824200000020738015, 19051511312227800000020596156 e :
19080711324663000000022585728



0801945-11.2019.8.15.0331

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nos termos do Art. 4º, II, c/c Art. 7º, IV, do Ato da Presidência n. 33/2020 (Estabelece o Plano de Implantação de Retorno Gradual e Sistematizado às Atividades Presenciais (PI), nos termos da Resolução n.º 19, de 11 de junho de 2020, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo coronavírus (Covid 19) e dá outras providências), no qual autoriza a realização de perícias, entrevistas e avaliações, observadas as normas de distanciamento social e de redução de concentração de pessoas e adotadas as cautelas sanitárias indicadas pelos órgãos competentes, passo a dar continuidade ao cumprimento ao despacho (ID 21337141).

Santa Rita, 20 de agosto de 2020

Luciana de Albuquerque Ferreira

Analista Judiciária



0801945-11.2019.8.15.0331

Certifico e dou fé que:

1. Na exordial (ID 21185215), o autor pugnou pela NÃO realização da audiência conciliatória prévia;
2. O despacho (ID 21337141) determinou a citação da promovida, bem como que a mesma informe se deseja conciliar, previamente, consignando demais comandos para realização da perícia médica;
3. A contestação (ID 23296472), conforme certidão (ID 30674498), é tempestiva, arguindo que Não tem interesse na realização da audiência conciliatória prévia e apresentou quesitos;
4. A impugnação à contestação (ID 30364045), conforme certidão (ID 30674498), foi apresentada no prazo legal;
5. A seguradora demandada apresentou comprovante de depósito do valor arbitrado para fins de pagamento dos honorários periciais (ID 32595783);
6. Decorreu o prazo "in albis" e a parte não se manifestou acerca do expediente (ID 32156753);
7. Considerando a pandemia da COVID - 19, em que foi recomendado o distanciamento social pelos Poderes Públicos, inclusive com a suspensão temporária das perícias médicas, deixo para dar continuidade ao cumprimento do despacho (ID 21337141), após o retorno das atividades presenciais do Poder Judiciário e maior estabilidade no controle da doença.

Santa Rita, 14 de agosto de 2020

Luciana de Albuquerque Ferreira

Analista Judiciária



EM ANEXO





| | | | | |
|----------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| | | | | Nº DA CONTA JUDICIAL |
| | | | | 2900122405908 |
| Nº DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | TIPO DE JUSTIÇA |
| 0 | | 20/07/2020 | 1268 | ESTADUAL |
| DATA DA GUIA | Nº DA GUIA | Nº DO PROCESSO | TRIBUNAL | |
| 20/07/2020 | 2627025 | 08019451120198150331 | TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| SANTA RITA | 2 VARA CIVEL/CRIMIN. | RÉU | 200,00 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| | | Jurídico | | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| RAPHAEL MENDES DE LIMA | | Física | 09289427400 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| 4F2792383097032B | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | |





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA RITA/PB

Processo: 08019451120198150331

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAPHAEL MENDES DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

SANTA RITA, 22 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De Ordem da MM. Juíza de Direito desta Unidade Judiciária, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos determinados pelo despacho (ID 21337141) intimo a seguradora demandada, por seu advogado, para manifestar-se acerca da perita nomeada, bem como depositar o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), arbitrado a título de honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, §1º, I a III, do CPC).

Santa Rita, 8 de julho de 2020

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA

De Ordem da MM. Juíza de Direito desta Unidade Judiciária, Dra. Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa, nos termos determinados pelo despacho (ID 21337141) intimo a parte autora, por seus advogados, para manifestar-se acerca da perita nomeada no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, §1º, I a III, do CPC)

Santa Rita, 8 de julho de 2020

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



0801945-11.2019.8.15.0331

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a contestação (ID 23296472) e a impugnação à contestação (ID 30364043) foram apresentadas no prazo legal.

Santa Rita, 14 de maio de 2020.

Luciana de Albuquerque Ferreira

Analista Judiciária



em pdf.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA
DA COMARCA DE SANTA RITA/PB.**

Processo nº. 0801945-11.2019.8.15.0331

RAPHAEL MENDES DE LIMA, já qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, por meio de seus advogados abaixo assinados, vem à presença de Vossa Excelência apresentar **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, o que faz pelas razões de direito que passa a expor a seguir:

SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de ACIDENTE DE MOTO ocorrido em **12 de fevereiro de 2018**, por volta das 20:30 horas, na PB 025, quando na saída da cidade de Santa Rita com destino a cidade de Lucena, perdeu o controle da moto, sofrendo diversas fraturas, sendo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Ressalte-se, ainda, que a parte promovente buscou a via administrativa para obter o seguro, mas não logrou êxito, pois não recebeu a quantia correspondente ao valor da apólice, mesmo comprovando documentalmente a lesão permanente.

Evidentes, dessa forma, o acidente, **e diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.



DA PRELIMINAR

FALTA DE INTERESSE DE PROCESSUAL

Sustenta a demandada que a presente ação deve ser extinta sem resolução de mérito por falta de interesse processual do autor, uma vez que segundo a mesma falta ao pedido documento essencial, ou seja, uma pendência processual.

Todavia, não há qualquer ausência de documento fundamental na presente ação. O grau de invalidez deve ser determinado em perícia médica a ser designada por este juízo. Sendo assim, requer o indeferimento do presente pedido.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Da mesma forma sustenta a parte ré que o pedido do autor carece de prova essencial ao seguimento da presente ação, que seria o laudo emitido pelo IML – Instituto Médico Legal da cidade do autor, o qual ateste o grau da lesão do mesmo.

Todavia, referido documento não é essencial, uma vez que a parte ré disponibiliza em seu site formulário a ser preenchido em caso de ausência de referido laudo, uma vez que, não são todas as cidades que possuem o referido órgão.

Vide o site da requerida:





Sendo assim, requer o indeferimento do presente pedido e a procedência nos termos da peça inicial.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO STJ

Sustenta da mesma forma a parte ré, que as indenizações devem ser reguladas nos termos da Súmula 474 do STJ. Bem verdade, que referida alegação prospera na jurisprudência pátria, apesar de todo proprietário de veículo ser obrigado a contratar um seguro, com um prêmio determinado.

Contudo, referida graduação da lesão só pode ser determinada após perícia médica. Assim, requer este juízo determine a realização da perícia médica, a qual comprovará as alegações da parte autora.

DOS JUROS DE MORA

No mais, a recorrente se alonga em seu recurso por várias páginas, com o intuito de se esquivar de suas obrigações, a impugnar todo e qualquer fundamento da peça inicial. Todavia, referidos argumentos não possuem fundamental legal, nem jurisprudencial.

Devendo estes, serem improvidos de plano por este juízo, já que como dito, não há qualquer.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Por derradeiro, no que se refere aos honorários advocatícios, o entendimento mais acertado é de que é cabível a condenação do vencido em honorários advocatícios.

Entendimento diverso **vulnera os princípios norteadores do processo** como a isonomia das partes, duração razoável do processo e ampla defesa, isso porque a própria Constituição Federal é ignorada, desse modo, ao dispor que o advogado é fundamental para a administração da justiça.

Assim prescreve o artigo 20 do CPC de aplicação supletiva:

“a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios”.





A Constituição Federal alberga o pedido, conforme se nota da dicção do texto do artigo 133 da CF, abaixo anotado:

“O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.”

Por derradeiro, temos ainda o que dispõe o artigo 22 da Lei 8.906/1994:

“A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”

Logo, requer a condenação da reclamada em custas e honorários advocatícios nos termos da legislação pátria, no importe de 20%..

DOS PEDIDOS

Pelo exposto requer:

Tem-se por Impugnada a Contestação, requerendo, desde já, que sejam ratificados os argumentos explanados na inicial, sendo julgada totalmente procedente a ação.

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 04 de maio de 2020.

FRANCISCO ISRAEL CARDOZO DA SILVA

ADVOGADO

MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS

ADVOGADO

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES-PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES-PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR



0801945-11.2019.8.15.0331

AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do Provimento n. 049/19 da CGJ/TJPB, intimo a parte autora, por seus advogados, para impugnar a contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Santa Rita/PB, 17 de fevereiro de 2020.

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ-FUNDOS
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NEM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cód: XXXXXXX30FA7. Conf. por: Serventia TJ-FUNDOS
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016. Total

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Paula Cristina A.D.
Gaspar
Escrevente
Aut. nº 1002560/2011
At. 20.12.16.15.30

CEB674
ACS13502

SEGURADORA LÍDER
JURÍDICO
DPVAT

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br

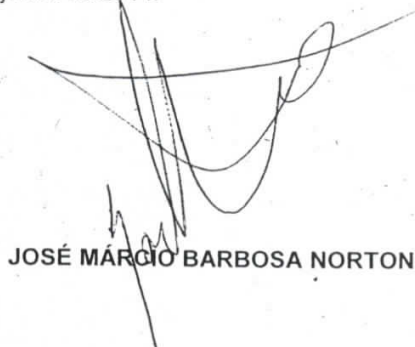


Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.


MARCELO DAVOLI LOPES


JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40
36% IJ+FUNDOS : 3,60
Total : 12,00
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CAD/CST nº 04.04781
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A. D. Gaspar
Escritura
CST nº 0001.1a.0011a
At 2013.1.1a.0011a

17º Ofício de Notas
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800

086674
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia : 5,09
IJ+FUNDOS : 1,81
Total : 6,90
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO OPVAT S.A.

CNPJ nº 09.248.600004-1 - NIRE 33.3.0028479-6
REALIZAÇÃO DE 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados para o presente ato pelo Diretor Presidente da Companhia, Sr. Marcelo Lopes Davila, por unanimidade, ratificar a eleição dos conselheiros presentes: os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Teshima Sassano, Bernardo Dickmann, Celso Damati, Jafes de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Mito Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo, todos brasileiros, casados, solteiros ou divorciados, maiores de idade, capazes, residentes no Brasil, com plena consciência do respectivo conselhato, compareceram à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia. **Mesa de Trabalho** presidida pelos Conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Secretário André Laei Faoro, Oramento Carlos José Iglesias Teófilo, Assessoria Jurídica e Financeira e Diretoria Executiva da Companhia realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015. (I) Ratificação da Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015, deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição dos Conselheiros delegerados, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos Damati Guerra-Barrêlos, brasileiro, casado, solteiro, titular do documento de identidade nº 55.625.646-7, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, como diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor eleito que dá-se lá somente quando da apresentação junto ao órgão regulador competente; (II) Atribuição de poderes ao Diretor responsável pelas relações com a SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito foi mandado de 1º (um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até a investidura do novo administrador. O Diretor ora eleito não possui qualquer vínculo empregatício com a Companhia nem desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas aplicáveis, estando apto a exercer as atribuições previstas na Ordem da Assembleia Geral Ordinária o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os conselheiros, deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações das funções atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Diretor responsável pelas atividades administrativas, financeiro-administrativo e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Sr. Carlos Damati Guerra-Barrêlos, Diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor Carlos André Guerra-Barrêlos, brasileiro, casado, solteiro, titular do documento de identificação nº 33.445.512-1, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 234.003.445-12, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, como diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/03 e 445/12); e diretor responsável pelos controles internos; (d) Celso Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03), brasileiro, casado, solteiro, titular do documento de identificação nº 33.445.512-1, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 234.003.445-12, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, como diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos etc. ou realiza operações de seguradora. As designações específicas deverão ser observadas em conformância com a Resolução Gerencial nº 234/03, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declararam, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e realização para este ato, bem como os direitos reservados aos detentores ora relacionados. Os membros do Conselho de Administração, assim como os Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos pessoais, nem houve qualquer discussão sobre assuntos relativos ao negócio da Companhia, exceto a matéria em se tratar, isto encerrada a reunião e lavrada e presente ata em forma de suprimento dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho – Presidente do Conselho de Administração; (ass.) Rosana Teshima Sassano – Diretora Presidente; (ass.) Bernardo Dickmann – Conselheiro; (ass.) Celso Damati Guerra-Barrêlos – Conselheiro; (ass.) Jafes de Mendonça Alexandre – Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possede – Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade – Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman – Conselheiro; (ass.) Ricardo José Iglesias Teófilo – Conselheiro; (ass.) Carlos Damati Guerra-Barrêlos – Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Laei Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Departamento do Rio de Janeiro NIRE nº 33.3.0028479-6 Protocolo 00-201918646-3 - 12/06/2015 Certificado de Diferimento em 22/06/2015 e 00-201918646-3 nº 00002777233 Bernardo F.S. Benvenuto – Secretário Jurídico.

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

CNPJ/PAF nº 09.248.000 DPMAT S.A. - NIRE 33.00264789
 ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO
 REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2015, DAS 15h às 16h
 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15h 30h, na sede
 social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro. Estado do Rio de
 Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-
 ram convocados por correio eletrônico enviado em 16 de março de
 2015, às 15h 30h, para a seguinte reunião: Assunto: Reunião Fi-
 n.º Bernardo Diaciomatti, Carlos Damad, Jéssica de Mendonça Alexan-
 dre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes
 Mucio Novos de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias
 Teixeira, Rosana Tschina Salsano e Wady José Mourão Cruz (pro-
 prietários) para a reunião do respectivo conselho titular, atenderá a pre-

Não está disponível o voto nas matérias da ordem do dia Mesa de Trabalho. Presidente: Luiz Paulo Cavalcanti Filho, Secretário: André Leal Faoro e Ordem do Dia: (I) Eleição dos membros do Conselho Administrativo e (II) Assuntos Gerais deliberações Tomadas; (III) Outros assuntos deliberar em; por unanimidade reeleger para composição do Comitê de Auditoria da Companhia (I) Luis Pereira de Souza, brasileiro casado, contador, titular do documento de identidade nº 11.431.097-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.328.328-08, residente e domiciliado na Rua São João nº 25, bairro São Paulo, que exercera à função de coordenador do referido Comitê;

(II) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 008115061414, expedido pelo IPR RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.725.571-91, residente e domiciliado na Rua Santa Helena nº 20, bairro Estádio do Rio de Janeiro e (III) Marcos Acácio Ferreira Brito, brasileiro, casado, titular do documento de identidade nº 32738061.5, expedida pela SPSPS inscrita no CPFME sob o nº 210.557.189-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro, todos com mandato de 1 (um) ano a contar desta ata até 25 de março de 2016.

O Conselho Administrativo da Administração não deliberou a respeito de assunto agendados nesta Ata.

Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado. Foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário das fides unânimes e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaaturas: (ass.) Luiz Paulo Cavalcanti Filho - Presidente (ass.) André Leal Faoro - Secretário (ass.) Bernardo Weidmann - Conselheiro (ass.) Damascio Damascio - Conselheiro (ass.) Jairo de Mendonça Alexandre - Conselheiro (ass.) João Gilberto Possidente - Conselheiro, (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro, (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro, (ass.) Roberto Carlos Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro, (ass.) Ricardo José Ligeiro Texeira - Conselheiro, (ass.) Tarcísio Teixeira Sampaio - Conselheiro e (ass.) Wacy Sousa Mourão Gury - Conselheiro

Certifico que a presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 31 de março de 2015. André Leal Faoro - Diretor Geral NIRE Nº 33.3002749-6 Inscrição Estadual do Rio de Janeiro – NIRE Nº 33.3002749-6, Matrícula 00-2015/1952-I-1706/2015 emitido O Deliberação em 22/06/2015 e ao Registro sob o nº 00002772732e. Bernardo F. S. Bewanger - Secretário Geral.

BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 13.912.673/0001-59 - NIRE nº 333.0029771-5
Asssembleia Geral Ordinária (Lavrada sob forma de sumário, conforme facultado pelo art. 130, § 1º da Lei nº 6.404/67). Dia, Hora e Local: 30/04/2015, às 14h00, no Auditório de Caxias, RJ. Mesa Diretora: Vilson Reichembach da Silva, Presidente; Djalma de Azevedo, Secretário. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/67. **Ordem do Dia:** 1º) Deliberação sobre a prestação de contas e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14; 2º) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; 3º) Deliberação sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Biorrefino de Lubrificantes S/A. **Quórum:** 100% dos votos. **Resultados das deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** a) Aprovaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/A, atestando-se de veracidade os legalmente impedidos conforme o art.134, §1º da Lei nº 6.404/67, bem como a distribuição de dividendos considerando que a BRF Biorrefino de Lubrificantes S/A não possui ações em circulação; b) Aprovaram a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/2015 até o mês de realização da próxima Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração decidir sobre o critério a ser adotado; c) Atestaram a regularidade da inscrição da Cia. no Encerramento, Lavratura, Aproveitamento e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o que, ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, e a qual se encontra em livro próprio Dueto de Caxias, 30/04/15 Vilson Reichembach da Silva, Presidente, Dueto Valle Basso, Secretário. Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampeiro, RRF Participações e Administração de Empresa S.A., Guido Spedieri Casanova, Benjamim de Azevedo, Paulo Roberto de Azevedo, 27/3/2016, em 1206/15, Bernardo F.S. Berenger - Secretário Geral.

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

[illegible]

DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 07.659.538/0001-51 - NIRE = 313.0077698-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO
DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião as 10h30 horas em 22 de junho de 2015, no endereço Rua Manoel Joaquim da Assunção, nº 245, bairro Vargitas, 463 - 1ª andar, cidade de Rio de Janeiro, RJ.
2. Presença do Diretor Presidente, Sr. João Roberto de Jesus, Diretor de Risco, Dr. Renato de Jesus, Diretores presentes. Totalidade dos Diretores, sem exercício; 3. Objetivo da Reunião: a) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de: R\$ 157.100,00 (quinhentos e setenta e sete mil e cem reais); b) Deliberar sobre o pagamento de dividendos no valor de: R\$ 245.846,74 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos); c) aprovar a Resolução Geral Ordinária de 30/04/2015, 1 (Deliberação sobre pagamento de juros sobre capital próprio), aprovada no exercício de 2014 no valor de R\$ 162.540,23 (cento e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e vinte e três centavos) aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015. 4. Deliberação: Sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, deliberados os precatórios de R\$ 124.939,99 (cento e vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos) em conformidade com o artigo 1º da Lei CVM 207 de 13 de dezembro de 1996 e de dividendos U total a ser pago de R\$ 983.386,97 (novecentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) e será distribuído proporcionalmente para todos os acionistas que possuíam ações em nome de titular e deverá ser creditado na conta de cada um deles, sendo que a distribuição deverá ser credida na razão de R\$ 0,0017197132 por ação em nome de titular de Juros sobre Capital Próprio e R\$ 408.386,97 (quatrocentos e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) a cada ação em nome de titular de Dividendos. 5. Encerramento: Em 07/07/2015, em conformidade com o artigo 1º da Lei CVM 207 de 13 de dezembro de 1996, foi encerrada a reunião e a Ata que vai assinada por todos os diretores. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2015. JOSÉ JOAO ABDALAL FILIPE, Francisco de Paula de Almeida, Diretor. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2779853 e data de 26/06/2015. Bernardo

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF: 01.544.796/0001-08 - NIRE: 333025193-1
Ata de AGO, lavrada na forma de ata, em 1. Data, Hora e Local:
Ao 24/04/15, às 10:30hrs na sede da empresa na Rua D'Arês de Mello,
nº 100, bairro Fátima, no município de São Paulo, Estado de São Paulo,
participando todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da Sociedade,
3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, consoante assinaturas apostas no livro próprio, 4. Mesa: Pa-
dringui ou trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar
Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Felipe de Castro Souza, 5. Or-
dem do dia: A) Deliberação sobre a proposta de distribuição de di-
videndos; B) Aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício
o balanço geral; e as demonstrações financeiras relativas ao exercício
findo em 31/12/14; C) Deliberar sobre a proposta do resultado do
exercício e a distribuição de dividendos; D) Deliberar sobre a propo-
sta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
(iv) Aproveitamento dos honorários da Diretoria quanto à destinação do
Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1491.038,71, que será re-
tribuído entre os membros da Diretoria, Encerramento e declaração
da Assembleia verificando em seguida que foram abordados todos os
temas da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrarão que, por suas deliberações tomadas, o Conselho Fiscal
se convenceu por não se encaixar instauração e encerrou os trabalhos
sendo: a) aprovada a proposta de distribuição de dividendos fiscaliza-
dos pelos membros de mesa e pelos acionistas representativas da tota-
lidade do Capital Social RJ, 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza,
- Presidente da Assembleia, Felipe de Castro Souza - Secretário Ju-
risdico nº 673242 at 2005/2015 Bernardo F.S. Binzwager - Secre-

NOVA
Imprensa
Oficial

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Biblioteca

Assembleia Legislativa

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

| | |
|--|----------------|
| ASSINATURA NORMAL | R\$ 284,00 |
| ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS | R\$ 194,12 (+) |
| ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 194,00 (+) |
| FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 274,00 |

(*) SEMPRE EM FAVOR DE MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

OBS: As assinaturas com desconto somente são aplicadas para o fornecedor de serviços públicos (Federal, Estadual e Municipal) e para o último contrato celebrado.

Atenção: As pessoas autorizadas a assinar os contratos poderão ser adjudicadas a qualquer tempo.

Procedimento de Assinatura: Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: É vedada a duplicação de assinaturas pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Presidente Vargas, 230 - Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-230. Tel. (0xx21) 2717-4348 - Fax (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

| | |
|--|----------------|
| ASSINATURA NORMAL | R\$ 284,00 |
| ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS | R\$ 194,12 (+) |
| ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 194,00 (+) |
| FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 274,00 |

(*) SEMPRE EM FAVOR DE MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

OBS: As assinaturas com desconto somente são aplicadas para o fornecedor de serviços públicos (Federal, Estadual e Municipal) e para o último contrato celebrado.

Atenção: As pessoas autorizadas a assinar os contratos poderão ser adjudicadas a qualquer tempo.

Procedimento de Assinatura: Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: É vedada a duplicação de assinaturas pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Presidente Vargas, 230 - Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-230. Tel. (0xx21) 2717-4348 - Fax (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Assinaturas Semestrais do Diário Oficial

| | |
|--|----------------|
| Assinatura Normal | R\$ 284,00 |
| Advogados e Estagiários | R\$ 194,12 (+) |
| Órgãos Públicos (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 194,00 (+) |
| Funcionários Públicos (Federal, Estadual, Municipal) | R\$ 274,00 |

(*) Sempre em favor de Municípios do Rio de Janeiro e Niterói

OBS: As assinaturas com desconto somente são aplicadas para o fornecedor de serviços públicos (Federal, Estadual e Municipal) e para o último contrato celebrado.

Atenção: As pessoas autorizadas a assinar os contratos poderão ser adjudicadas a qualquer tempo.

Procedimento de Assinatura: Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: É vedada a duplicação de assinaturas pelas assinaturas do D.O.

Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Rua Presidente Vargas, 230 - Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-230. Tel. (0xx21) 2717-4348 - Fax (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D. Gaspar-Aut
17º Ofício de Notas
Rio de Janeiro - RJ
101-9800

reprodução
AFD. Cont. por: fiel do
serventia
TJ-RJ-FUNDOS
Total
3.09
1.81
6.90

CEB574
ACS13508



17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que o original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL

ERRO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepublco>

026674
AC15105

Reprodução fiel do
serventia
Conf. por:
Total
5,09
1,81
6,90



RUCHE SA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
CNPJ nº: 73.840.500/0001-61 - NIRE: 3330016134-1
Rua da Ode, lavrada na forma de sumário: 1 Data, Hora e Local
das 24/04/15 às 11:30hs, na sede da empresa na Rua Daixe de Mo-
se, 9, parte II, **PRÉDIO 11**, Torre 1, 11º andar, dire-
tamente acessível a todos os moradores, para a eleição de dire-
tores e membros do Conselho Fiscal, da Associação de Proprietários
e Síndico. 3. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação
e o quórum mínimo exigido em 12% e 6% da Lda 04/07/6 em di-
versas partes, e em nome dos proprietários e moradores da local-
dade. 4. Assinatura: Presença de 12 moradores e 6 proprietários
Paralelamente, o Presidente da Associação de Proprietários e Síndico
S. Gomes de Souza, e Secretário, C. Gomes de Souza, e o

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33 352 394/0001-04
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE[illegible]

de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEADAE por motivos de ordem profissional, agradece a esta entidade que lhe foi concedida. O Senhor Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato Prates Rodrigues, agradece ao Senhor Renato Prates Rodrigues a sua presença e a grande colaboração à administração desta Companhia; este voto é unânime.

10. ELECÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E DE NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — O Conselho de Administração da Companhia de Administração Indica o Senhor Heitor Calado Moreira para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando suportar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues. O Conselho de Administração aprova a indicação, conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 37.º do Regulamento Interno Social da CEADAE, resolve eleger como **Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores** — DE o Senhor Heitor Calado Moreira, brasileiro, solteiro, Engenheiro, portador da Cartão de Identidade Nº 1.000.000-0, RG Nº 1.128.860-9, residente e domiciliado na Rua Alexandre de Gusmão, 273, da Ilha da Ilhaçu, Rio de Janeiro - RJ, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir de 15.05.2015. Por conseguinte, o Conselho de Administração com base no disposto no Artigo 35.º do Estatuto Social da Companhia resolve, ainda, **reafirmar** a nomeação do Senhor Heitor Calado Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues.

11. REMUNERAÇÃO — A remuneração do Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores do Conselho de Administração da CEADAE é estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEADAE.

12. NOMEAÇÃO DE AGE — Dando prosseguimento, o Conselho de Administração da Companhia de Administração Indica o Senhor Heitor Calado Moreira para o cargo de AGE, a partir de 15 de Junho, às 16h00, para representar a Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia da CEADAE, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária** 1. Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração 2. Aprovação do Relatório Social 3. Administração da Companhia 4. Aprovação da prestação de contas 5. Autorização para a emissão de ações necessárias para a divulgação e a publicação do Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária.

13. ASSUNTOS GERAIS / REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabela de Remuneração dos Administradores, bem como na sua estrutura organizacional da Companhia, para adequação ao Regimento Interno da CEADAE e as devidas alterações no Regimento Interno da CEADAE com validade a partir de 01/05/2015. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a presença dos senhores e que a presente, é assinada pelos Senhores Coordenadores e membros do Conselho de Administração, designada para ser a minuta dos assuntos tratados e para ser assinada pelo Presidente da Companhia, das Ações da CEADAE e das Escolas CEADAE. Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015.

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

Ato de Assembleia Geral Ordinária

Dia, horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na Rua São Paulo, Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luaro, nº 86, São Carlos, RJ.

Presença e publicação de Edital de Convocação, na forma da Lei nº 124, §4º da Lei nº 6.404/76 Publicações: A Companhia está dispensada de publicar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

Mesa: Carla Gouveia Barreto, Presidente; Laura Manero Gadêlma, Secretária.

Deliberações: 1) Autorizada a lavratura da presente Ata, com o teor desta Ata, para ser lavrada em nome da Companhia, inscrita no nº 131º da Lei nº 6.404/76 2) Aprovada a seguinte Ata ou minuta das Deliberações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. 3) Aprovada a destinação final do resultado do saldo do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em R\$ 20.933.733,17 (vinte mil, novecentos e trinta e três reais e setecenta e três centavos), distribuídos da seguinte maneira: 4) Aprovada renúncia das seguintes pessoas como membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 7 (sete) anos iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021: a) Sr. Alexandre de Almeida, brasileiro casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 617.162-195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BPA residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemps, nº 100, Jd. Jazirinha, CEP 05.501-050, com Diretor sem designação específica da Companhia 5) Sr. Daniel de Oliveira, brasileiro casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 224.303.648-75, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.596-3 SSP/SP residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Prata, nº 100, Jd. Jazirinha, CEP 05.501-050, com Diretor sem designação específica da Companhia, c) Otávio França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito nos CPF/MF sob o nº 324.826.168-86, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos, nº 100, Jd. Jazirinha, CEP 05.501-050, com Diretor sem designação específica da Companhia 5) Aprovada a eleição da seguinte pessoa como membro da Diretoria da Companhia para um mandato de 7 (sete) anos iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021: a) Sr. Alexandre de Almeida, brasileiro casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 617.162-195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BPA residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos, nº 100, Jd. Jazirinha, CEP 05.501-050, com Diretor sem designação específica da Companhia 5) Aprovada a eleição da seguinte pessoa como membro da Diretoria da Companhia para um mandato de 7 (sete) anos iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021: a) Sr. Alexandre de Almeida, brasileiro casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 617.162-195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 31.191.314-33 SSP/BPA residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos, nº 100, Jd. Jazirinha, CEP 05.501-050, com Diretor sem designação específica da Companhia.



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



17º Ofício de Not. e Reg. do Rio de Janeiro
DA CAPITAL

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT
ERPO-46360 DIF-Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Original e dou fe que apresenta a reprodução fiel do original que foi apresentado em 15 de Junho de 2016.

Reprografia: 3.09
Serviço: 1.81
TAFUNDOS: 6.90
Total

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT
Rio de Janeiro, 15 de Junho de 2016

086674
AC51805

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT
Rio de Janeiro, 15 de Junho de 2016

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT
Rio de Janeiro, 15 de Junho de 2016



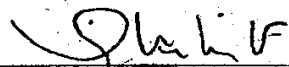
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:




Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente




André Leal Faoro
Secretário

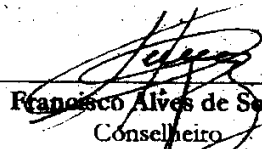
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3



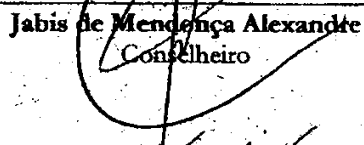

Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente


Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro



Francisco Alves de Souza
Conselheiro



Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

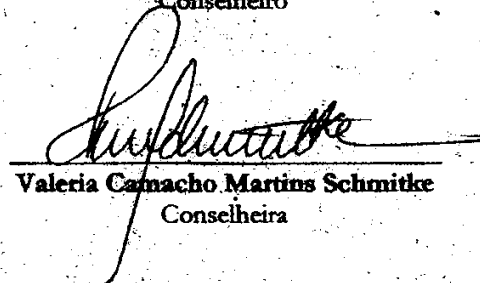

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

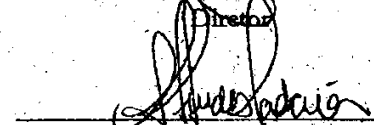

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

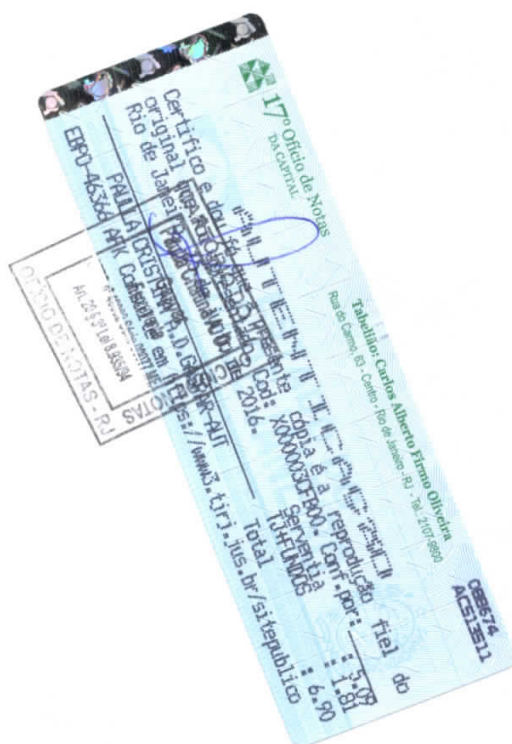

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3





social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro do Registro de Pessoas do Acionista da Companhia. Documento assinado em



Número do documento: 1912181658139580000026248004

Lei dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (e consórcios), **Artigo 1º** - A Companhia tem por finalidade a prestação de serviços de Seguro Estático Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto operar nos moldes de um grupo de danos e de pressões, podendo participar de ramais e de outras sociedades, com o intuito de obter vantagens para os seus associados. **Artigo 3º** - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 74, 2º e 3º, 18 e 19 andares, podendo criar, modificar e extinguir filiais e sucursais em qualquer localidade do País, Aracaju, inclusive representações em qualquer localidade do País. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto o cumprimento das obrigações decorrentes da subscrição de suas ações, em qualquer localidade do País. **Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 145.000.000.000,00 (cento e quarenta e cinco bilhões de reais), dividido em 145.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem escritura, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas definições das matérias de sua competência, nos termos das disposições legais, estatutárias e regulamentares. **Parágrafo Segundo** - A Companhia pode efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiridas para mantê-las em depósito, pelo valor patrimonial na data do resgate, conforme estabelecido na política. **Capítulo III - Assembleia Geral** **Artigo 6º** - A Assembleia Geral tem por finalidade decidir sobre as questões relativas aos interesses da Companhia e a todas as questões que lhe forem submetidas, inclusive as relativas a sua estrutura e desenvolvimento, sempre que manifestada a vontade dos seus associados. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral reúne-se a, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses de cada ano, e extraordinariamente, sempre que convocada, sempre que os interesses dos associados assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também sob a convocação de qualquer dos membros do Conselho de Administração, inclusive os ausentes. **Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, devendo ou não esconder dentro dos papeis seus por assinatura para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear um substituto. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho de Administração deverão, a qualquer tempo, comparecer às reuniões, assistir à reunião e cumprir as demais obrigações e deveres que lhe forem impostos, a fim de assegurar a regular e eficiente administração da Companhia. **Parágrafo Quarto** - Os representantes legais dos associados deverão fazer a entrega dos respectivos documentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião convocada. **Parágrafo Quinto** - Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 3% (um quarto) do capital social com direito a voto. **Parágrafo Sexto** - Qualquer acionista poderá, com qualquer número de ações, comparecer às reuniões e votar, desde que apresente, no ato da convocação, o comprovante de aquisição de ações. **Parágrafo Sétimo** - Os membros do Conselho de Administração deverão fazer a entrega dos respectivos documentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião convocada. **Parágrafo Oitavo** - Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 3% (um quarto) do capital social com direito a voto. **Parágrafo Nono** - Qualquer acionista poderá, com qualquer número de ações, comparecer às reuniões e votar, desde que apresente, no ato da convocação, o comprovante de aquisição de ações. **Capítulo IV - Administração da Companhia** **Artigo 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração, composto de membros do Conselho de Administração, que serão nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores entender-se-á a partir da investidura dos respectivos titulares. **Parágrafo Segundo** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e as atas das reuniões do Conselho de Diretores serão arquivadas e ficarão disponíveis para consulta dos associados. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quinto** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Sexto** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Sétimo** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Oitavo** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Nono** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Décimo** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Undécimo** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Duodécimo** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Treze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quatorze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quinze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Dezesseis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Dezessete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Dezoito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Dezanove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Um** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Dois** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Três** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Vinte e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Um** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Dois** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Três** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Trinta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Um** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Dois** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Três** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Dez** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Treze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Dez** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Treze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Dez** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Treze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Dez** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Treze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Dez** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Treze** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Quatro** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Cinco** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Seis** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Sete** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Oito** - Os membros do Conselho de Administração serão remunerados, após a aprovação de sua eleição pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarenta e Nove** - Os membros do Conselho de Administração

17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua do General, 57, Centro, Pôrto Alegre - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de janeiro de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXATIDÃO DE NOTAS - DIAS - R\$ 6.90

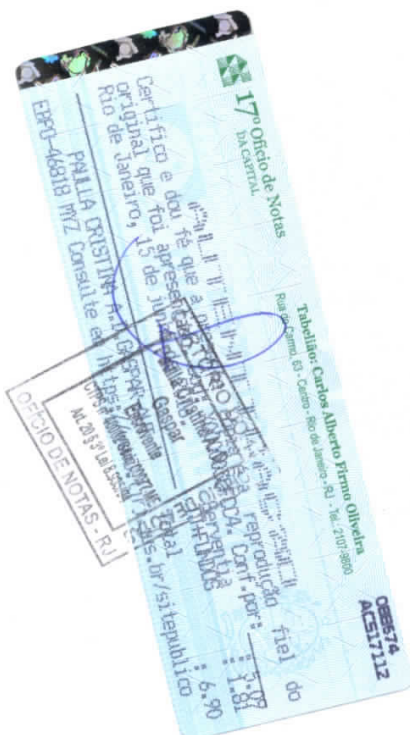
ERQ-46364 Foi consultado em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

088674
AC51509



[illegible]

(LUM) CON-PATO SOCIAL SÓCINS JOAO GUILHERME FIUSA
ODRIP J.S ESTRELLA (CPF 194.731.987/72), FRINEA SOUZA
NAND-O (CPF 504.535.917/41), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA
CPF 604.127.577-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 402.776.857-
7). GEIETNO: ATIVIDADES DE AILITUDAS: 000000000000000000



ESTADÍSTICA DE EDO-DA
FLORENCIA AMATELLI (1910-1911)
2314 (ARTE DE) EN 2000

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

S E M A R I O

Os dados apresentados à Diretoria de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte, no âmbito do projeto de pesquisa, foram devidamente analisados, pela Diretoria dos Arquivos, por meio de protocolos específicos. A pesquisa foi realizada em 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, sob a supervisão da Diretoria de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte.

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sindicatos e Empresas
Estado de Documentos

Assamblea Geral da Companhia, na forma de regulamentação da Lei 6.802 em vigor. Os conselheiros presentes declaram expressamente que foram observadas as disposições legais anteriores à anexação.

[illegible]

Xavier - Director Production (1987) José María Barbero "Artista" (1987)

presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2015. Attestado: A. F. S. [assinatura]

Relevância de 2015: André Luiz Feio - Secretário Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro NIRE 33.100284746 Protocolo DI-2015-045225-D 14/02/2015 Cópia o deferimento em 12/02/2015
o Registro sob nº 0000272379 Baurista E. L. Baurista e L. J. Baurista

LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Convocação e Presença. Dispensada a convocação pelo presidente do Conselho dos membros do Conselho de Administração do Fumec, em nome dos artigos 18º do Estatuto Social. **Assesores:** Presidente: Celso Estêvão Duarte Filho, Secretário: Paulo Afonso Brites Filho, Oramento:

Das p)-desdobramento acerca do pagamento de valores devidos ordinariamente a uma despesa com o tempo, quanto financeiro de t

Determinação: Após análise e discussão da matéria, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deliberou por unanimidade de votos em favor da concessão dos pagamentos realizados a título de amortização dos juros.

[illegible]

| Nome | Endereço de entrega | Observações |
|------|---------------------|-------------|
| ... | ... | ... |

18/11/2014 11:11 Pessoal Financeiro R\$ 357.910,84 R\$ 473.489,35

arrendatário do principal e R\$ 111.517,14 (cento e onze mil, quinhentos e dezasseis reais e oitenta e sete centavos) a título de juros decorrentes da 1.ª cifra e fim de que a totalidade das Doações emendas (1) consignadas nos autos aprovado deverá ser realizada até o dia 20 de janeiro de 2015, em

[illegible]

proporção de sobrevivência de cada dobanzonista, o χ^2 aprova a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 345 281,93 (trêscentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos) em base nos lucros acumulados operados no balanço intercalares.

novembro de 2014 e serem pagos até o dia 20 de janeiro de 2015. É a Diretoria autorizada a registrar e publicar e apresentar ela nos órgãos, propósitos e praticar todos e quaisquer atos, bem como assinar todos e quaisquer documentos necessários para dar cumprimento às deliberações.

Yôdes em tornadas: Encerramento: Nas últimas semanas a sor teatral, há presente a ta levada en livro próprio lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Foi então encerrado a reunião. A presença de: do diretor da unidade, Assinaturas: Manoel (Miguel) e Maria (Maria) e Maria (Maria).

Paulo Afonso Putrassi Filho - **Secretário**; Conselheiros: Celso de F. F. Duarte Filho, Paulo Afonso Putrassi Filho, Lucas Cardozo Martins, Fernando Figueira, Jurgeny de Azeite Vitorino de Aguiar, Fernando de Aguiar, C.A.R.D. 11.22.492. Autarquia de: Internet: <http://www.c3210001.com.br/2004/11/22/2004112202>

10. 1986

ATA DE AGE Local, Dia e Hora: No dia 23/12/2014, às 08:15 horas, em
 reunião convocada pelo Sr. Age, Assessor Jurídico nº 2.772, sob o nº 01, Compromisso

4. **Presença:** Presença de estudantes dos municípios conferidos no Anexo 1. **Assessores:** Assessor do Proreitor, representantes dos Institutos de Educação Superior, representantes do IUPERJ, representantes da UFRJ, representantes da UFF, representantes da UFMG, representantes da UFRGS, representantes da UFRPE, representantes da UFRPA, representantes da UFRN, representantes da UFPA, representantes da UFRR, representantes da UFRRJ, representantes da UFRRS, representantes da UFSC, representantes da UFSE, representantes da UFMG, representantes da UFRGS, representantes da UFRPE, representantes da UFRPA, representantes da UFRN, representantes da UFPA, representantes da UFRR, representantes da UFRRJ, representantes da UFRRS, representantes da UFSC, representantes da UFSE.

Elaborado por el autor a partir de los datos de la encuesta.

Wiederholungen der folgenden Aufgaben sind nicht zulässig. Die Aufgaben sind in der Reihenfolge der Aufgabennummer zu bearbeiten. Die Aufgaben sind in der Reihenfolge der Aufgabennummer zu bearbeiten. Die Aufgaben sind in der Reihenfolge der Aufgabennummer zu bearbeiten.

de este departament a intrat în conflict cu autoritățile locale, care au cerut să fie înlocuit de un alt candidat. Într-o scrisoare adresată guvernului, guvernul județului a afirmat că este în interesul județului să-l păstreze pe acesta în funcție.

Enviado em 10/2/2014 às 14:15. Mensagem: Mensagem enviada em 10/2/2014 às 14:15.

Minist. Mercado Integrado Icaripes, 01/25/2014. Acesso: 03/07/2015 em
13/07/2015.

5800000026248004

L'ESPRESSO



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

SANTA RITA

14 de agosto de 2019

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA



Correios

AR

AVISO DE RECEBIMENTO

UNIDADE DE POSTAGEM:

JU 39346930 0 BR

MP ☐

REMETENTE: Nome ou Razão Social do Remetente do Objeto:
Comarca de Santa Rita

Forum Juiz João Navarro Filho

Rua: **Virgílio Veloso Borges, s/n - Alto dos Eucalipto - Santa Rita/PB**

CEP: **58.300-270** - Telefone: **(83) 3217-7100**

Cidade:

UF:

CEP:

DESTINATÁRIO: Nome ou Razão Social do Destinatário do Objeto:

Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT

Rua: **Senador Dantas, 74, 5º andar**

Cidade:

País:

CEP:

SEGURADORA LÍDER

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

RSE 0801945-11. 2019.8.15.0331

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME E FIGURA DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / : h

2ª / / : h

3ª / / : h

ETIQUETA

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

☐ Mudou-se ☐ Recusado

☐ Endereço Insuficiente ☐ Não Procurado

☐ Não Existe o Número ☐ Ausente

☐ Desconhecido ☐ Falecido

☐ Outros

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

8.955.355-1
JOSE CARLOS X. OLIVEIRA

BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA
RG: 20.993.830-7

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

iqui

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA RITA/PB

Processo: 08019451120198150331

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAPHAEL MENDES DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **12/02/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **20/06/2018**.

Cumpr esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.



Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o **INTERESSE PROCESSUAL**.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI Nº 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

⁵ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶ “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SANTA RITA, 5 de agosto de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|---|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | | | | | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RAPHAEL MENDES DE LIMA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **SANTA RITA**, nos autos do Processo nº 08019451120198150331.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190085391

Vítima: RAPHAEL MENDES DE LIMA

Data do Acidente: 12/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), RAPHAEL MENDES DE LIMA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

Comprovante de residência não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

Comprovação de ato declaratório não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00337/00338 - carta_03 - INVALIDEZ

00050169



Carta nº 13887078



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729>

Número do documento: 19080711324751600000022585729



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190085391

Vítima: RAPHAEL MENDES DE LIMA

Data do Acidente: 12/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), RAPHAEL MENDES DE LIMA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13887209





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 14 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190085391

Vítima: RAPHAEL MENDES DE LIMA

Data do Acidente: 12/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPTÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Comunicamos que o pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado e está em análise e o prazo regulamentar de 30 dias foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais. Assim que todas as informações forem finalizadas, o prazo voltará a seguir normalmente.

Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00077/00078 - carta_02 - INVALIDEZ

00050039



Carta nº 14054862





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190085391

Vítima: RAPHAEL MENDES DE LIMA

Data do Acidente: 12/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), RAPHAEL MENDES DE LIMA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Comprovante de residência incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00425/00426 - carta_03 - INVALIDEZ

00070213



Carta nº 14091324



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729>

Número do documento: 19080711324751600000022585729



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 022120 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

092.894.274-00

RAPHAEL MENDES DE LIMA

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

| | | | |
|---|----------------------|--|---------------------------|
| Nome completo RAPHAEL MENDES DE LIMA | | CPF titular da conta 092.894.274-00 | Profissão Desempregado |
| Endereço RUA DESEMBARGADOR SINDATO SANTO | | Número 296 | Complemento |
| Bairro POPULAR | Cidade SANTA RITA | Estado PB | CEP 58303-380 |
| Email dpt.cedba@hotmail.com | | Telefone (DDD) (83) 98776-780 | |

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

| | | | |
|---|--|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR | <input type="checkbox"/> SEM RENDA | <input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00 |
| <input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 | <input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 | <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00 |
| <input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104) | | <input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos) | |
| AGÊNCIA NRO. 3934 | | BANCO Nome | |
| CONTA NRO. 000.000.337.991 | | NRO. | |
| (Informar dígito se existir) | | (Informar dígito se existir) | |

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

SANTA RITA, 07 de MARÇO de 2019.
Local e Data

* Raphael Mendes de Lima

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017



Senão

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

INA: sortelos de segunda-feira a sábado, Após

049-591467090-6

18/FEV/2019 HORA DE 13:33:56

LOT. 13.015769-4 TERM 016290

LOCALIDADE: SANTA RITA

AG. VINCULADA: 1914 CONTROLE: 49401732

COMPROVANTE DE ABERTURA DE POUP. CAIXA FACIL

NOME: RAPHAEL MENDES DE LIMA

AGENCIA: 1914

OPERACAO: 013

CONTA-DV: 000.000.137.991-0

DATA DA ABERTURA: 18/02/2019

LOTerias CAIXA

049-591467090-6

1ª VIA





GOVERNO
DA PARAÍBA

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - SESDS
Gerência Executiva de Polícia Civil Metropolitana
6.ª Delegacia Distrital - Santa Rita/PB



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e à requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Registro de Ocorrências desta Delegacia, encontrei a OCORRENCIA POLICIAL de Nº **1.521/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos **20/06/2018** nesta cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, e no Cartório desta Delegacia Distrital, onde se encontrava presente a Bel. Pedro Martins dos Santos, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado e declarado, por volta das **09:10** horas, compareceu:

NOME: **RAPHAEL MENDES DE LIMA**
NACIONALIDADE: **BRASILEIRO** ; NATURALIDADE: **S.RITA/PB**
ESTADO CIVIL: **Solteiro** ; TELEFONE: **9-8776-7904**
FILIAÇÃO: **Pai Não Declarado e de Rosicleide Mendes de Lima**
NASCIMENTO: **21/03/1989** ; IDADE: **29 ANOS DE IDADE**
ENDEREÇO: **R. Des.Simulfo nº 296** **S.Rita/PB**
RG **3.467.309** **SSP/PB** ; CPF.: **092.894.274-00**

a qual notifica **Afirma o Notificante QUE no dia 12/02/2018 por volta das 20:hs30mim quando estava saindo desta Cidade de Santa Rita/PB com destino a Cidade de Lucena pela PB 025 em uma moto de Marca HONDA/NXR 160 TIPO BROS DE COR BRANCA ANO 2014 MODELO 2014 DE PLACA NQG-9411/PB CHASSI DE Nº 9C2KD0810FR41401, quando o mesmo perdeu o controle da moto em uma curva veio cair ao solo sendo socorrido por treseiro para o Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena conforme Laudo que tem o CID-10 Mais S42.0 Diagnóstico (S) Fratura de Clavícula Direita assinado pelo Drº JUAN JAIME ALCOBA ARCE que tem CRM-3323/PB, sendo esta moto em nome do Notificante conforme documentos. Nada mais a notificar, encerro este termo que lido e achado conforme, fica a notificante advertida das penas do que refere-se o Art. 299 do C P B. O referido é verdade. Dou fé.**

Notificante:

Raphael Mendes de Lima



Santa Rita/PB, **20/06/2018**
Escrivão de Polícia Ad Hoc





LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Raphael Mendes de Lima
DATA DE NASCIMENTO 21/03/89
NOME DA MÃE Rosicleide Mendes de Lins

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 107511
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1062036
DATA DO ATENDIMENTO 12/02/18
HORA DO ATENDIMENTO 10:38
MOTIVO DO ATENDIMENTO Trauma
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de clavícula direita
CID 10 S42.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, encaminhado do Htop, com fratura de clavícula há 24 dias, foi tentado tratamento conservador sem sucesso. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura da clavícula direita

ALTA HOSPITALAR: 14/03/18
DATA DA EMISSÃO: 01/06/18


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS,
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

| | | | | |
|---|--------------------|--|--|--|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | | BAE 1062036 | Data/Hora Entrada 12/02/2018 00:23:54 | Data Baixa |
| Data de nascimento 21/03/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS | Telefone de Contato (83) 987786555 |
| Mãe ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | | | Prontuário |
| Endereço RIO BRANCO, 383 | | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | UF PB |
| Acidente QUEDA / OUTROS | | Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA | Profissional MATHEUS MARINHO ENOMOTO | Nº Cons. Regional 10204/PB |
| Data/Hora Classificação 12/02/2018 00:23:54 | | | Data/Hora Prescrição 12/02/2018 08:06:52 | Senha |
| Convênio SUS | | Nº Matrícula | | |

Anamnese

PACIENTE APRESENTOU TRAUMA EM OMBRO DIREITO APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO.
EX FÍSICO: - DEFORMIDADE E DOR EM TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA DIR.
SEM DÉFICIT NEUROVASCULAR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
RXS DE OMBRO DIR.: FRATURA DE TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA.

CD. (nao realizados ainda)- ENFAIXAMENTO EM 8; DEPOIS RADIOGRAFIAS DE CONTROLE.

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)

RADIOGRAFIA DE CLAVICULA DIREITA

Dados coletados anteriormente utilizar na impressão?

Conduta

Em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

MATHEUS MARINHO ENOMOTO
(: 10204/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 12/02/2018 00:24:38

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729

Área Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N. PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

| | | | | |
|-------------------------|-------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| Paciente | | BAE | Data/Hora Entrada | Data Baixa |
| RAPHAEL MENDES DE LIMA | | 1062036 | 12/02/2018 00:23:54 | |
| Data de Nascimento | Idade | Sexo | CNS | Telefone de Contato |
| 21/03/1989 | 28 | Masculino | | (83) 987786555 |
| Profissão | | Prontuário | | |
| RODOLFO MENDES DE LIMA | | | | |
| Endereço | | Bairro | Município | UF |
| RIO BRANCO, 383 | | POPULAR | SANTA RITA | PB |
| Motivo | | Profissional | Nº Cons. Regional | |
| QUEDA / OUTROS | | ACIDENTE DE MOTOCICLETA | 7038/PB | |
| Data/Hora Classificação | | Data/Hora Prescrição | | |
| 12/02/2018 00:23:54 | | 12/02/2018 00:28:35 | | |
| SUS | | Nº Matrícula | Senha | |

E ianese

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO

ENCAMINHADO DO OPTOTRAUMA DEVIDO DOR EM OMBRO E HEMITORAX DIREITO

ABDOMEN INDOLOR A PALPACAO

CD: RX

AVALIACAO DA ORTOPEDIA

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO DIREITO

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)

CID10

| Código | Descrição |
|--------|------------------------------|
| T12.9 | Traumatismo não especificado |

Conduta

em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

David Silveira
Cirurgia Geral
CRM 7038DAVID DA SILVEIRA FARIAS DE MELO
(CRM: 7038/PB)

Assinado eletronicamente por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 12/02/2018 00:24:36



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729

Número do documento: 19080711324751600000022585729

Num. 23296473 - Pág. 10

Área Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

ONES 6121221

| | | | | |
|--|-------------|---|--|---------------------------------------|
| RAPHAEL MENDES DE LIMA | | BAE 1062036 | Data/Hora Entrada 12/02/2018 00:23:54 | Data Baixa |
| Data de Nascimento 21/05/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS | Telefone de Contato (83) 987786555 |
| ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | | UF PB | Prontuário |
| RUA BRANCO, 383 | | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | Nº Cons. Regional 10204/PB |
| MOTIVO ACIDENTE DE MOTOCICLETA | | Profissional MATHEUS MARINHO ENOMOTO | | |
| Data/Hora Classificação 12/02/2018 00:23:54 | | Data/Hora Prescrição 12/02/2018 13:20:41 | | Senha |
| Nº Matrícula | | | | |

anamnese

PACIENTE APRESENTOU TRAUMA EM OMBRO DIREITO APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO.
EX FÍSICO - DEFORMIDADE E DOR EM TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA DIR.
SEM DÉFICIT NEUROVASCULAR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
RX DE OMBRO DIR.: FRATURA DE TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA.

RX BOA REDUÇÃO DA FX DE CLAVÍCULA D(COM S) + DR FRANCISCO

ALTA DA ORTOPEDIA
ANALGESIA

CID10

Fratura da clavícula

| Código | Descrição |
|--------|----------------------|
| | Fratura da clavícula |

Conduta

Em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

MATHEUS MARINHO ENOMOTO
(: 10204/PB)



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

| | | |
|--------------------------------|----------------------------------|------------|
| Nome RAPHAEL MENDES DE LIMA | | |
| Data de 21/03/1989 | Nº Boletim Emergencia 1062036 | Prontuario |
| Material a examinar | | |

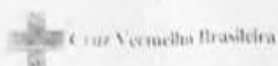
PROCEDIMENTO
IMOBILIZAÇÃO 8

Carimbo: 1º Distrito
Nº 1062036
Data: 21/03/2019



12 de Fevereiro





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

| | | | | |
|---|--|--|---|--|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | | BAE 1062036 | Data/Hora Entrada 12/02/2018 00:23:54 | Data Baixa |
| Data de nascimento 21/03/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS | Telefone de Contato (83) 987796555 |
| Mile ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | | | Prontuário |
| Endereço RIO BRANCO, 383 | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | UF PB | |
| Acidente QUEDA / OUTROS | Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA | Profissional STEFFERSON PINHEIRO DINIZ | Nº Cons. Regional 5762/PB | |
| Data/Hora Classificação 12/02/2018 00:23:54 | | Data/Hora Prescrição 12/02/2018 02:52:12 | | |
| Convênio SUS | Nº Matrícula | | | Senha |

Anamnese

PACIENTE APRESENTOU TRAUMA EM OMBRO DIREITO APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO.
EX. FÍSICO. - DEFORMIDADE E DOR EM TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA DIR.
SEM DÉFICIT NEUROVASCULAR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
RXS DE OMBRO DIR.: FRATURA DE TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA.
CD: ENFAIXAMENTO EM Ø; DEPOIS RADIOGRAFIAS DE CONTROLE.

PROCEDIMENTO

IMOBILIZAÇÃO 8

CID10

| Código | Descrição |
|--------|----------------------|
| S42.0 | Fratura da clavícula |

Dados coletados anteriormente utilizar na impressão?

Conduta

Em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

STEFFERSON PINHEIRO DINIZ
(CRM: 5762/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em: 12/02/2018 00:24:38

2.16.0.6.8080/cvtb/pages/prescricao.do?controle=7&perform=imprimir&id=213323&pesquisa=S&&ioPai=&classe=PRESCRICAO&condul



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729

Número do documento: 19080711324751600000022585729

REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

| | | |
|---|----------------------------------|------------|
| Nome RAPHAEL MENDES DE LIMA | | |
| Data de 21/03/1989 | Nº Boletim Emergência 1062036 | Prontuario |
| Material a examinar | | |
| <p>EXAME DE IMAGEM</p> <p>TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO DIREITO</p> <p>RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)</p> <p><i>Rx de Ombro (AP e Lateral) (Controle)</i></p> <p><i>12 02 18</i></p> <p><i>00:50</i></p> <p><i>Pedro Alves Jr.</i></p> <p><i>CRTR. Nº 010627</i></p> <p><i>Rx 12 02 11</i></p> <p><i>David Silveira</i> Burgista Geral CRM 1038</p> | | |

12 de Fevereiro de 2018

Assinatura e Carimbo do Profissional





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831114316

Paciente: RAPHAEL MENDES DE LIMA

Data Nasc: 21/03/1989 - 28 anos

Data Exame: 12/02/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO DIREITO

Técnica:

Aquisição volumétrica com reconstrução multiplanar, sem a injeção de contraste iodado endovenoso.

Análise:

Fratura cominutiva no terço médio da clavícula com diástase dos fragmentos.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.

Este laudo foi liberado em 12/02/2018 08:01



Dr. Phydias L. F. de Carvalho
CRM 6933 - PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

| | |
|--------------------|---------------------------|
| NOME DO PACIENTE | RAPHAEL MENDES DE LIMA |
| DATA DE NASCIMENTO | 21/03/89 |
| NOME DA MÃE | ROSICLEIDE MENDES DE LIMA |

DADOS EXTRAÍDOS

| | |
|------------------------|------------------------------|
| BOLETIM DE ENTRADA N.º | 1.067.235 |
| DATA DO ATENDIMENTO | 12/02/18 |
| HORA DO ATENDIMENTO | 00:23 |
| MOTIVO DO ATENDIMENTO | ACIDENTE EDE MOTOCICLETA |
| DIAGNÓSTICO (S) | FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA |
| CID 10 | S42.0 |

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referindo dor em ombro direito, dor e deformidade em terço médio de clavícula direita. Abdomen sem queixas. Glasgow 15. Presença de fratura em terço médio de clavícula direita. Imobilização em 8.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de ombro direito
RX de torax

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de clavícula direita

TRATAMENTO:

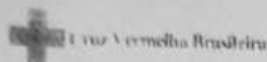
Redução e imobilização de fratura de clavícula direita.

| | |
|------------------|----------|
| ALTA HOSPITALAR: | 12/02/18 |
| DATA DA EMISSÃO: | 25/05/18 |

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



AV. ORENTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332166700

Boletim de Atendimento: 1067235



Identificação do paciente

| | | |
|--|-----------------------------------|--|
| ID 449486 | Nome RAPHAEL MENDES DE LIMA | Sexo Masculino |
| Data de nascimento 21/03/1999 | Idade 28 anos 11 meses 13 dias | Estado civil SOLTEIRO(A) |
| Mãe ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | Religião | Prontuário |
| Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO | Pai NAO DECLARADO | Responsável (Parentesco) LUZINETE MENDES DE LIMA - AVO(O) |
| DDD Móvel 83 | Fone Móvel 987786555 | DDD Fixo Fone Fixo |
| Tipo documento RG (IDENTIDADE) | Número documento 3467309 | Nº Cns 701803234786572 |
| Local de procedência SANTA RITA | Tipo MUNICIPIO | UF PB |
| E-mail | Naturalidade SANTA RITA | CBO/R |

Endereço

| | | | |
|-----------------|---------------------------------------|-------------------|--------------------------|
| CEP 58301195 | Município de residência SANTA RITA | UF PB | Logradouro RIO BRANCO |
| Número 383 | Complemento | Bairro POPULAR | |

Admissão

| | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| Data e Hora 06/03/2018 10:38:59 | Número da pulseira 1010006377327 | Convênio SUS |
| Especialidade ORTOPEDIA | Clínica | |
| Classificação de risco | Origem do paciente RESIDENCIA | |
| Caráter de atendimento | Motivo do atendimento TRAUMA | Detalhe do acidente OUTROS |

Indicadores e Transporte

| | | | |
|--|-----------------------|---------------------------|---------------|
| Caso policial Não | Plano de saúde Não | Veio de ambulância Não | Trauma Não |
| Meio de transporte CARRO PARTICULAR | Quem transportou | | |

Sinais Vitais

| | | |
|--------------|-------|-------------|
| PA X mmHg | Pulso | Temperatura |
|--------------|-------|-------------|

Exames complementares

| | | | | | | |
|-----------|-----------|----------|-------|-----------|--------|--------------------|
| Raio X [] | Sangue [] | Urina [] | TC [] | Liquor [] | ECG [] | Ultrasonografia [] |
|-----------|-----------|----------|-------|-----------|--------|--------------------|

Dados clínicos

Diagnóstico

Atendido por
HNE WALESKA PEREIRA LIMA

CID

Tempo



SECRETARIA DE SAÚDE



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senaor Humberto Lucena

Documento de Alta



GOVERNO
DO ESTADO DO PARÁ

Nome:

RAFAEL MENDES DE LIMA

Data de

06/03/1988

Sexo:

Masculino

Data de Internação:

06/03/2018 12:07:40

Número Prontuário:

107515

Data de Alta:

14/03/2018 16:28:42

Motivo da alta:

ALTA HOSPITALAR

Conduta:

PACIENTE SUBMETIDO A RAFI DE FRATURA DA CLAVICULA DIREITA EVOLUINDO BEM E SEM INTERCORRÊNCIAS

Resumo da Internação:

Resultado de Exames:

Tratamento:

RAFI DE FX DA CLAVICULA DIREITA

Diagnóstico:

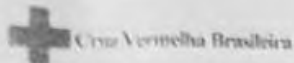
FX O - Fratura da clavícula

Recomendações:

PAR MOVIMENTOS DO OMBRO. MOVIMENTAR COTOVELO SEM PEGAR PESO.

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729
Número do documento: 19080711324751600000022585729





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

ÁREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N., JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

| | | | |
|--|-------------------|---|---------------------------------------|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | BAE 1067235 | Data/Hora Entrada 06/03/2018 10:38:59 | Data Baixa |
| Data de nascimento 21/03/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS 701803234786572 |
| Mãe ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | | Telefone de Contato (83) 987786555 |
| | | | Prontuário |
| Endereço RIO BRANCO, 383 | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | UF PB |
| Acidente OUTROS | Motivo TRAUMA | Profissional PEDRO ROMAO DANTAS | Nº Cons. Regional 9799/PB |
| Data/Hora Classificação 06/03/2018 10:49:14 | | Data/Hora Prescrição 06/03/2018 11:16:13 | |
| Convênio US | Nº Matrícula | | Senha |

Anamnese

paciente encaminhado do htop por dr steferson com fratura de clavícula direita há 24 dias. foi tentado o tratamento conservador sem sucesso
cd: internação hospitalar para procedimento cirurgico

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H, 0.0 (MGTSM)

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 6/6H

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0.0 (MGTSM)

Diluir

ONDANSETRONA 8MG/4ML (AMPOLA 4ML), ADMINISTRAR 8,0 MG VIA E.V., 8/8H, SE NECESSÁRIO SE NAUSEAS (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 24,0)

CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 1,0 COMPRIMIDO VIA ORAL, AGORA, (OBSERVAÇÕES: SE PAS > 160 OU PAD > 110 : AVISAR PLANTONISTA DE PAS > 200)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 2000,0 ML VIA E.V., 24H, 0.0 (MGTSM)

OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA, ADMINISTRAR 2,0 CÁPSULA VIA ORAL, 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES: EM JEJUM, PELA MANHÃ)

GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., AGORA, 0.0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: SE HGT <60)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0.0 (MGTSM)

Diluir

TRAMADOL 50MG /ML INJETÁVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H, SE NECESSÁRIO SE DOR INTENSA (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 6,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H, 0.0 (MGTSM)

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H

CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES: DIÁRIO)

Assinado eletronicamente por: ANNE WALECKA PEREIRA LIMA em 06/03/2018 10:41:27

HGT 6/6HS

72.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=231551&pesquisa=S&per...



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729

Número do documento: 19080711324751600000022585729

Num. 23296473 - Pág. 19

| | |
|------------------------------------|----------------------|
| FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA | |
| INSULINA REGULAR CONFORME HGT | |
| SSVV + CCGG | |
| EXAME LABORATORIAL | |
| HEMOGRAMA | |
| COAGULOGRAMA COMPLETO | |
| CID10 | |
| Código | Descrição |
| S42.0 | Fratura da clavícula |
| Conduta | |
| Internar Paciente | |





Hospital Estadual de Emergência e Trauma

Secretário Municipal de Saúde

Secretário Municipal de Saúde



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AV. ORESTES LEBEA, S/N - PEDRO GONÇALVES
CNEB: 2776696 Tel: 5332165700

Impresso por: ALISSON F. F. VIEIRA
FABIO FERNANDES VIEIRA
Em: 11/03/2018 10:56:10

| | | | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|-------|--|------------------------|-----------|-----------------|---------------------|--------------|---------|
| Paciente | RAPHAEL MENDES DE LIMA | | | Boletim de Atendimento | 1067235 | Data de Entrada | 06/03/2018 10:56:59 | Diagnóstico | Sendo |
| Data de Nascimento | 21/03/1988 | Idade | | Sexo | Masculino | CNS | 701803234786572 | Procedimento | 107611 |
| Tempo de Internação | | | | Convênio | SUS | Partido | | | NOTURNO |

EVOLUÇÃO MEDICA (ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA - 11/03/2018 06:56:10)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:
DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

ORTOPEDIA

fratura TERÇO MEDIO de clavícula DIREITA
HEMOGRAMA E COAGULOGRAMA SEM ALTERAÇÕES
AGUARDA PROGRAMAÇÃO CIRURGICA
OPME: PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5

Seção: AREA VERDE ENF 36 Leito: 0009
Profissional responsável pela informação: ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA

Número Conselho: 6013

Dr. ALISSON F. F. VIEIRA
Ortopedia - Traumatologia
CRM-PB 69130CRM-PE 17606
SBOX 12614





Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNES: 2778696 - Tel: 8332165700

Impresso por: ALISSON
FABIO FERNANDES VIEIRA
Em: 10/03/2018 06:50:13

| | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|-------|------------------------|-----------|-------------------|---------------------|-----------------|
| Paciente | RAPHAEL MENDES DE LIMA | | Boletim de Atendimento | 1067235 | Data/Hora Entrada | 06/03/2018 10:38:59 | Data/Hora Saída |
| Data de nascimento | 21/03/1989 | Idade | Sexo | Masculino | CNS | 701803234786572 | Plantão |
| Tempo de Internação | | | Convênio | SUS | | | Plantão NOTURNO |

EVOLUÇÃO DO PACIENTE (ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA - 10/03/2018 06:50:05)

EVOLUÇÃO DO PACIENTE

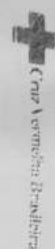
PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

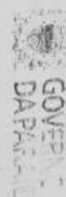
FRATURA DA CLIVICULA
EVOLUI ESTAVEL
PRE OP OK
AGUARDA CIRURGIA

Seção: AREA VERDE ENF 36 Leito: 0009
Profissional responsável pela informação: ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA

Número Conselho: 6913



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Serviço de Atendimento ao Paciente



AV. DRETTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNPJ: 27.796.966 - Tel: 8332.195700

Impresso por: SUELIO MOREIRA TORRES
JOSE LIRA MENDES
Em: 09/03/2018 12:17:27

| | | | | | | | |
|---------------------|------------------------|-------|------------------------|-----------|-------------------|---------------------|-----------------|
| Paciente | RAPHAEL MENDES DE LIMA | | Boletim de Atendimento | 10617235 | Data/Hora Entrada | 06/03/2018 10:38:59 | Data/Hora Saída |
| Data de nascimento | 21/03/1989 | Idade | Sexo | Masculino | CNS | 701803234786572 | Prontuário |
| Tempo de internação | | | Convênio | SUS | | | Plano |
| | | | | | | | DIURNO |

EVOLUÇÃO MÉDICA (LUCIANO JOSE LIRA MENDES - 09/03/2018 12:17:35)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:
DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

ORTOPEDIA
fratura TERÇO MÉDIO de clavícula DIREITA
HEMOGRAMA E COAGULOGRAMA SEM ALTERAÇÕES
AGUARDA PROGRAMAÇÃO CIRÚRGICA
OPME: PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3.5

Seção: ÁREA VERDE ENF 36 Leito: 0005
Profissional responsável pela informação: LUCIANO JOSE LIRA MENDES

Número Conselho: 4290

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729
Número do documento: 19080711324751600000022585729





Sistema Ministério
União de da
Saúde Saúde

**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE
PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)**

Folha
1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

3 - CNES

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

7 - DATA DE NASCIMENTO

8 - N° DO PRONTO-SOL

9 - SEXO

10 - MATRÍCULA

11 - FONE

12 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL

13 - TELEFONE DE CONTATO

14 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

15 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

16 - COD. IBGE - MUNICÍPIO

17 - UF

18 - CEP

19 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

21 - COD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

22 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

23 - COD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

24 - DIAGNÓSTICO INICIAL

25 - CID 10 PRINCIPAL

26 - CID 10 SECUNDÁRIO

27 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

28 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

29 - COD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

30 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐

DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐

DIÁRIA DE UTI TIPO I

☐

DIÁRIA DE UTI TIPO II

☐

DIÁRIA DE UTI TIPO III

31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

32 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

33 - UTI

34 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

35 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

36 - UTI

37 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

38 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

39 - UTI

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

40 - DATA

41 - NOME DO RESPONSÁVEL - ASL

42 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO
O paciente (doença) da internação é grave,
de gravidade extrema, sendo 1115, SPM
Código de Diagnóstico - 1115, SPM

PROFISSIONAL SOLICITANTE

43 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

44 - DATA DA SOLICITAÇÃO

45 - DOCUMENTO

46 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

47 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

48 - CNES

49 - CPF

AUTORIZAÇÃO

50 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

51 - COD. ORGÃO EMISSOR

52 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

53 - DOCUMENTO

54 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

55 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

56 - CNES

57 - CPF





RELATÓRIO DE CIRURGIA

NOME: **RAPHAEL MENDES DE LIMA** BE/PRONTUÁRIO: **1067235**
IDADE: **28** SEXO: ☒ MASC ☐ FEM COR: DATA: **12/3/2018**
CLÍNICA /SETOR: **ORTOPEDIA** EMP: LR:
CIRURGIA: **TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA**
CIRURGIÃO: **DR LUCIANO LIRA** 1º ASS: **DR MATHEUS MR2**
2º ASS: 3º ASS:
INSTRUMENTADOR: ANESTESISTA:
TIPO DE ANESTESIA: **BLOQUEIO PLEXO BR** HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

| DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO | CID |
|------------------------------|-----|
| FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS | CÓDIGO |
|--|--------|
| TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO: ☐ SIM ☒ NÃO
DESCRIÇÃO:
BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO: ☐ SIM ☒ NÃO

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:
☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM: _____ DATA: **12/3/2018**





FICHA DE ANESTESIA

DATA: 12/04/18

PRONTUÁRIO: 150729-3

PACIENTE: Paulo Henrique da Silva

SEXO: M COR:

IDADE: 1

TREPRESSÃO ARTERIAL PULSO 93 RESPIRAÇÃO TEMPERATURA PESO GRUPO SANGÜÍNEO

ESTADO GERAL BOM (REGULAR) (MAU) (PÉSSIMO) RISCO CIRÚRGICO BOM (REGULAR) (MAU)

EXAMES COMPLEMENTARES

AP. RESPIRATÓRIO estável

AP. CIRCULATÓRIO estável

AP. DIGESTIVO estável

ESTADO MENTAL estável

DROGAS EM USO

PRÉ-ANESTÉSICO estável

DOSE/HORA

ESTADO NÁUSEA

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO FRATURA de CERVICAL DÍPITE

CIRURGIA REALIZADA FRATURAS CERVICAIS DE TÍPITO DE CERVICAL

CIRURGIÃO Dr. João Carlos de Almeida

AUXILIARES Dr. João Carlos de Almeida

INÍCIO DA ANESTESIA 12.45

TÉRMINO DA ANESTESIA 13.15

DURAÇÃO DA ANESTESIA

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

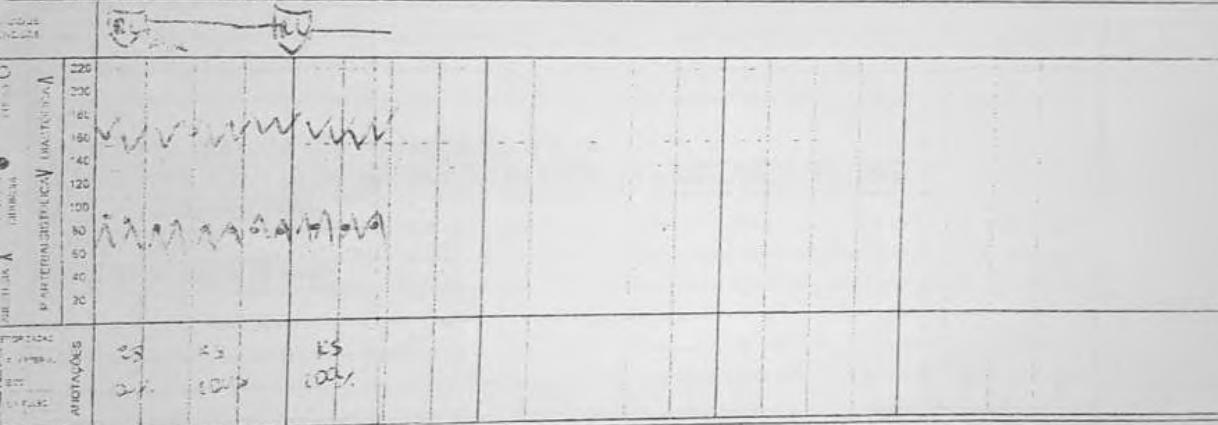
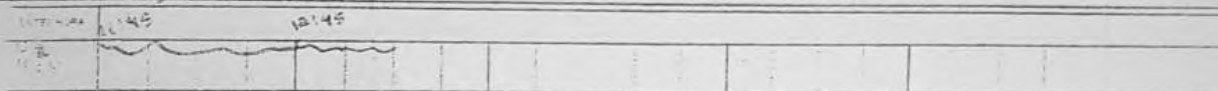
QUANT. DE CH.

VALORES RS

ANESTESISTA Dr. João Carlos de Almeida

CPF

CRM-PB



☐ ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☐ EPIDURAL ☒ BLOC PLEXO ☐ BLOC NERVOS ☐ OUTROS

STUO: Dr. João Carlos de Almeida MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

| | | |
|----|-------------------|----|
| 1 | RODENTECOR 2mg/kg | 11 |
| 2 | FLUORANOL 2mg/kg | 12 |
| 3 | RODENTECOR 2mg/kg | 13 |
| 4 | RODENTECOR 2mg/kg | 14 |
| 5 | RODENTECOR 2mg/kg | 15 |
| 6 | RODENTECOR 2mg/kg | 16 |
| 7 | RODENTECOR 2mg/kg | 17 |
| 8 | RODENTECOR 2mg/kg | 18 |
| 9 | RODENTECOR 2mg/kg | 19 |
| 10 | RODENTECOR 2mg/kg | 20 |

IMPORTANTES: Dr. João Carlos de Almeida





RELATÓRIO DE CIRURGIA

HISTÓRIA

| DESCRIÇÃO DA CIRURGIA |
|--|
| Posição e Preparo: |
| PACIENTE EM "CADEIRA DE PRAIA" SOB ANESTESIA |
| ASSEPSIA E ANTISSEPSIA |
| APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS |
| Incisão: |
| VIA DE ACESSO ANTERIOR A CLAVÍCULA |
| AVULSÃO E DISSECÇÃO POR PLANOS |
| CUIDADOS DE HEMOSTASIA |
| Achados: |
| FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA |
| Condução: |
| REDUÇÃO DA FRATURA SOB VISUALIZAÇÃO DIRETA |
| FIXAÇÃO COM PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE 8 FUROS + 6 PARAFUSOS CORTICAIS |
| REVISÃO DA HEMOSTASIA |
| LIMPEZA COM SF |
| FECHAMENTO POR PLANOS |
| Fechamento: |
| SUTURA |
| CURATIVOS ESTEREIS |
| RX DE CONTROLE |
| Observação: |
| TPOIA M-J |

Médico/CRM:

João Pessoa,

12/3/2018





SOLICITAÇÃO

SOLICITAÇÃO: (X) LAUDO (X) PRONTUARIO

| | | |
|-------------------|------------------------|-------------|
| NOME DO PACIENTE: | RAPHAEL MENDES DE LIMA | |
| BE: | 1062036 | PRONTUÁRIO: |

DATA DA SOLICITAÇÃO: 20/03/2018

SERVIDOR-ATENDENTE

SOLICITANTE: (X) PACIENTE () ADVOGADO:

() FAMILIA :

INFORMAÇÃO DE LAUDO MÉDICO ATRAVÉS DO SITE

<http://hospitaldetrauma.pb.gov.br/>

TELEFONE: 3216-5760

- ATENDIMENTO POR TELEFONE: SEGUNDA, TERÇA, QUINTA E SEXTA PELA MANHÃ. / SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA PELA TARDE.
- HORARIO DE ATENDIMENTO: SEGUNDA À SEXTA (08:00H às 17:00H)]

Av. Orestes Lisboa, s/n- CEP: 58031-090 – Conj. Pedro Gondim - João Pessoa/PB - Brasil - Fone/Fax:(0xx83)3216-5700






SOLICITAÇÃO

SOLICITAÇÃO: (X) LAUDO (X) PRONTUARIO

| | | |
|--------------------------|------------------------|--------------------|
| NOME DO PACIENTE: | RAPHAEL MENDES DE LIMA | |
| BE: | 1067235 | PRONTUÁRIO: |

DATA DA SOLICITAÇÃO: 20/03/2018

SOLICITANTE: (X) PACIENTE () ADVOGADO:


SERVIDOR-ATENDENTE
() FAMILIA :

INFORMAÇÃO DE LAUDO MÉDICO ATRAVÉS DO SITE

<http://hospitaldetrauma.pb.gov.br/>

TELEFONE: 3216-5760

- ATENDIMENTO POR TELEFONE: SEGUNDA, TERÇA, QUINTA E SEXTA PELA MANHÃ. / SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA PELA TARDE.
- HORARIO DE ATENDIMENTO: SEGUNDA À SEXTA (08:00H às 17:00H)]

Av. Orestes Lisboa, s/n- CEP: 58031-090 – Conj. Pedro Gondim - João Pessoa/PB - Brasil - Fone/Fax:(0xx83)3216-5700





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Raphael Mendes de Lima
DATA DE NASCIMENTO 21/03/89
NOME DA MÃE Rosicleide Mendes de Lins

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 107511
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1062036
DATA DO ATENDIMENTO 12/02/18
HORA DO ATENDIMENTO 10:38
MOTIVO DO ATENDIMENTO Trauma
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de clavícula direita
CID 10 S42.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, encaminhado do Htop, com fratura de clavícula há 24 dias, foi tentado tratamento conservador sem sucesso. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura da clavícula direita

ALTA HOSPITALAR: 14/03/18
DATA DA EMISSÃO: 01/06/18


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

João Botelho / Enfermeira Carolina Alves





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

| | |
|--------------------|---------------------------|
| NOME DO PACIENTE | RAPHAEL MENDES DE LIMA |
| DATA DE NASCIMENTO | 21/03/89 |
| NOME DA MÃE | ROSICLEIDE MENDES DE LIMA |

DADOS EXTRAÍDOS

| | |
|------------------------|------------------------------|
| BOLETIM DE ENTRADA N.º | 1.067.235 |
| DATA DO ATENDIMENTO | 12/02/18 |
| HORA DO ATENDIMENTO | 00:23 |
| MOTIVO DO ATENDIMENTO | ACIDENTE EDE MOTOCICLETA |
| DIAGNÓSTICO (S) | FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA |
| CID 10 | S42.0 |

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referindo dor em ombro direito, dor e deformidade em terço médio de clavícula direita. Abdomen sem queixas. Glasgow 15. Presença de fratura em terço médio de clavícula direita. Imobilização em 8.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de ombro direito
RX de torax

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de clavícula direita

TRATAMENTO:

Redução e imobilização de fratura de clavícula direita.

| | |
|------------------|----------|
| ALTA HOSPITALAR: | 12/02/18 |
| DATA DA EMISSÃO: | 25/05/18 |

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



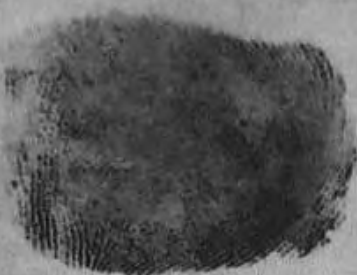
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Raphael Mendes de Lima

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

092.894.274-00

Nome

RAPHAEL MENDES DE LIMA

Nascimento

21/03/1989

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:48

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324751600000022585729>

Número do documento: 19080711324751600000022585729

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3467309 DATA DE EMISSÃO 11 JUL 2006

NOME **RAPHAEL MENDES DE LIMA**

FILIAÇÃO **Rosicleide Mendes de Lima**

Santa Rita.PB DATA DE NASCIMENTO **21.03.1989.**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. UNIDEN **Cert.Nasc.Nº 43.705 Fls.230 Liv. A.37.Cert.de Santa Rita.PB.**

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

DEPARTAMENTO 08/83

CÓDIGO DE CONTROLE
10EC.E076.46BF.B07A

**A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço**

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:23:38 do dia 03/01/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00





PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"

OUTORGANTE(S): RAFAEL MENDES DE LIMA, brasileiro, portador do RG N° 3.464.348-58/PB e do CPF N° 092.884.274-00, residente a Rua Des. Amêlio, 296, popular, Santo Rita - PB, CEP: 58300-380,

OUTORGADOS: FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o n°. 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n°. 16769, e/ou DAVI CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n°. 24651, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

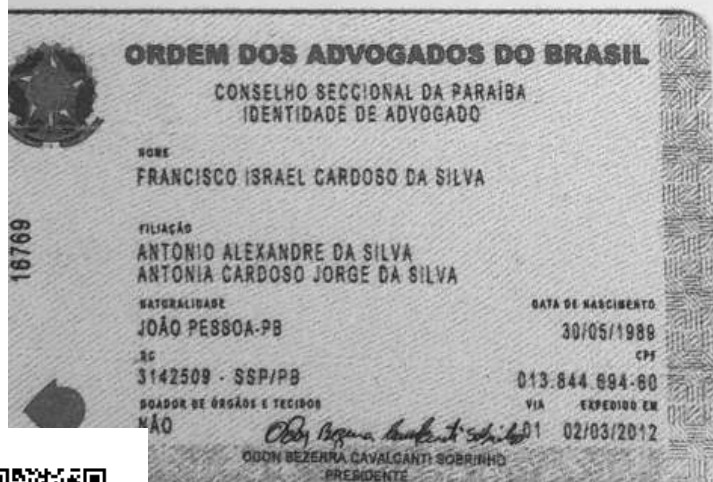
PODERES: Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante Seguradoras, a **Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT**, para tratar de assunto do seu interesse, assinando livros, requerimento, guias e documentos, **requerer o seguro DPVAT, em qualquer de suas modalidades, seja administrativamente ou judicialmente, benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do CPC, prestar compromisso, declarações e acordo, receber alvará judicial, RPV e precatórios, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, com poderes para renunciar, sobretudo os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.**

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

Santo Rita/PB, 15 de Janeiro de 2019.

x Rafael Mendes de Lima
OUTORGANTE(S)





PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190085391 **Cidade:** Santa Rita **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RAPHAEL MENDES DE LIMA **Data do acidente:** 12/02/2018 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/03/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSÍNTESE COM PLACA E PARAFUSOS.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: X SOLICITADA PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VERIFICAÇÃO DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|---|--|--|-----------|-----------------------|
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros | 25 % | Em grau médio - 50 % | 12,5% | R\$ 1.687,50 |
| Total | | | 12,5 % | R\$ 1.687,50 |



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190085391 **Cidade:** Santa Rita **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: RAPHAEL MENDES DE LIMA **Data do acidente:** 12/02/2018 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/03/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSÍNTESE COM PLACA E PARAFUSOS.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: SOLICITADA PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VERIFICAÇÃO DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|---|--|--|-----------|-----------------------|
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros | 25 % | Em grau médio - 50 % | 12,5% | R\$ 1.687,50 |
| Total | | | 12,5 % | R\$ 1.687,50 |





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite à Environnement

Normal

MS An Denturist

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A9D8

| Órgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 570,00 | 570,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

| | | |
|-------|----------------------|---|
| Local | Nome: | |
| | Assinatura: |  |
| | Telefone de contato: | |
| Data | E-mail: | |
| | Tipo de documento: | Híbrido |
| | Data de criação: | 24/01/2018 |
| | Data da 1ª entrada: | |



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 06-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 07/08/2019 11:32:49

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080711324863400000022585730>

Número do documento: 19080711324863400000022585730

Num. 23296474 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

| N | MEMBRO | RCA | MANDATO | FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP |
|---|-----------------------------|------------|------------|--|
| 1 | José Ismar Alves Tôrres | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor Presidente |
| 2 | Helio Bitton Rodrigues | 14.12.2017 | 13.12.2018 | sem função específica |
| 3 | Cristiane Ferreira da Silva | 14.12.2017 | 13.12.2018 | Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional) |
| 4 | Milton Bellizia | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional) |
| | | | | Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional) |
| 5 | Andrea Louise Ruano Ribeiro | 15.02.2017 | 14.02.2018 | Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle) |
| | | | | Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle) |

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

| | |
|--|--|
| Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro | |
| Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | |
| NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 | |
| CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação. | |
| Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8 | |
| Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13 | |



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



Num. 23296474 - Pág. 7



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

| | | |
|---|--|--|
| 17º Ofício de Notas DA CAPITAL | Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira | ADB2B69D |
| Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453) | Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000 | 088674 |
| Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. | Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS | CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ |
| Em testemunho da verdade. | Total | Paula Cristina A. D. Gaspar |
| Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. | | 3.9% Escrevente |
| ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01 | | 10796 48062 série 09077 ME |
| https://www3.tirri.jus.br/sitepublico | | Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94 |



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PÇ ANTENOR NAVARRO, CENTRO, SANTA RITA - PB - CEP: 58300-010

Número do Processo: 0801945-11.2019.8.15.0331
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [S E G U R O]
Polo ativo: AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, inseri aos presentes autos a carta de citação recebida pela Secretaria

SANTA RITA, 26 de junho de 2019

LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária



Successfully created



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCESSO Nº 0801945-11.2019.8.15.0331

[SEGURO]

AUTOR: AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

RÉU: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem da MM Juíza de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 238 do CPC, **INTIMO:**

Nome: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

para, no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia. Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica **citada** a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III c/c 231, I, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Santa Rita/PB, 25 de junho de 2019

Luciana - 26/06/2019

25/06/2019 14:58



LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
19051511312227800000020596156

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
19052112132824200000020738015



Assinado eletronicamente por: **LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA**

25/06/2019 14:58:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **22207338**



19062514580535700000021559010



25/06/2019 14:58





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCESSO Nº 0801945-11.2019.8.15.0331

[SEGURO]

AUTOR: AUTOR: RAPHAEL MENDES DE LIMA

RÉU: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem da MM Juíza de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 238 do CPC, **INTIMO:**

Nome: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

para, no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia. Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica **citada** a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III c/c 231, I, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Santa Rita/PB, 25 de junho de 2019



LUCIANA DE ALBUQUERQUE FERREIRA

Analista Judiciária

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

19051511312227800000020596156

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

19052112132824200000020738015





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801945-11.2019.8.15.0331

DESPACHO

Vistos, etc.

Nos termos do art. 238¹, CPC, **CITE-SE** a parte promovida, com a contrafé e cópia deste despacho, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, **REMETA-SE** ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III² c/c 231, I³, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Ademais, ocorrendo a hipótese de desinteresse em audiência de conciliação prévia em que a parte promovida opta pela apresentação da peça defensiva, conforme supra, nos termos do art. 465, caput⁴, CPC/2015 e em face do **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 015/2014 ENTRE O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E A PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS** em razão de demandas dessa natureza, de antemão, **NOMEIO** a(o) **Dr(a). VERUSKA LUNGUINHO OLIVEIRA DE PONTES, veruskapontes@ig.com.br (83) 9133-0633, AV. NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, 500 - TAMBAÚ João Pessoa 58039-111**, como perito(a) do Juízo, devendo cumprir o encargo obedecendo as advertências do art. 466, caput⁵, CPC/2015, observando as determinações dos §§⁶ 1º e 2º, do mesmo dispositivo normativo, ficando intimada a parte promovida para, querendo, no mesmo ato, apresentar manifestação consoante art. 465⁷, §1º, I a III, CPC/2015, bem como recolher o valor dos honorários periciais, os quais arbitro em **R\$ 200,00 (duzentos reais)** e, ato contínuo, nesta mesma hipótese, **INTIME-SE a parte promovente** para, querendo, apresentar manifestação quanto aos mesmos termos, no mesmo prazo.

Escoado o prazo e recolhido o valor dos honorários periciais, **INTIME-SE PESSOALMENTE** a perita nomeada para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.



Aceito o encargo e designado o dia, nos termos do art. 474⁸, CPC/2015, **INTIME-SE** as partes para realização do ato no dia, hora e local designados.

Ato contínuo, juntado o laudo nos autos, **INTIME-SE** as partes para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, conforme art. 477, §1º⁹, CPC/2015, apresentar manifestações, informando sobre a possibilidade de transação em comum acordo e/ou indicar outras provas, sob pena de julgamento antecipado do feito, nos termos do art. 355, §1º¹⁰, CPC/2015.

Escoado o prazo à cima e não havendo impugnações, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** à perita nomeada e **INTIME-SE** pessoalmente para levantamento, entregando-o(a) mediante recibo nos autos, bem como, **QUANTO AO FLUXO DO PROCEDIMENTO**, não havendo requerimento de audiência de conciliação ou de produção de outras provas, **CERTIFIQUE-SE** o decurso e faça-se **CONCLUSOS** para julgamento.

SANTA RITA, 21 de maio de 2019

06819405499

Juiz(a) de Direito

¹(CPC/2015) Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

²(CPC/2015) Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

³(CPC/2015) Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

⁴(CPC/2015) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

⁵(CPC/2015) Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

⁶(CPC/2015) Art. 466. § 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. § 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

⁷(CPC/2015) Art. 465, §1º. I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.



[8](#)(CPC/2015) Art. 474. As partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

[9](#)(CPC/2015) Art. 477. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

[10](#)(CPC/2015) Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;



EM PDF.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
MISTA DA COMARCA DE SANTA RITA/PB.**

RAPHAEL MENDES DE LIMA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG nº. 3.467.309 SSP/PB e do CPF nº. 092.894.74-00, residente a Rua Desembargador Sindolfo, 296, Casa, Popular, Santa Rita/PB - CEP: 58301-180, por intermédio de seus mandatários *in fine* assinados, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, RESPEITOSAMENTE, à presença de V. Ex^a., propor **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, nos termos do artigo 3^a e seguintes da Lei 6.194/74, e demais dispositivos legais aplicáveis à *espécie*, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP: 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora não possui condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de

- 1 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOSOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do Novo CPC, que rege todo o instituto da gratuidade da justiça.

II – DO INTERESSE DE AGIR - DA PROVOCAÇÃO PRÉVIA POR VIA ADMINISTRATIVA - Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao

- 2 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº

- 3 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).

- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, o profissional tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder não paga os valores contratados, sempre pagando a valores menores, ou simplesmente, como é o caso, de não pagar qualquer valor, por sempre obstaculizar o recebimento do valor da apólice. (Comprovante em anexo)

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

- 4 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas. No presente caso, o autor já esgotou todas as vias administrativas possíveis, conforme comprovantes em anexo, sendo assim plenamente possível a presente ação.

III – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de ACIDENTE DE MOTO ocorrido em **12 de fevereiro de 2018**, por volta das 20:30 horas, na PB 025, quando na saída da cidade de Santa Rita com destino a cidade de Lucena, perdeu o controle da moto, sofrendo diversas fraturas, sendo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Ressalte-se, ainda, que a parte promovente buscou a via administrativa para obter o seguro, mas não logrou êxito, pois não recebeu a quantia correspondente ao valor da apólice, mesmo comprovando documentalmente a lesão permanente.

Evidentes, dessa forma, o acidente, e **diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

IV.I. DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

Trata-se de ação de cobrança referente à indenização securitária – DPVAT -, por **INVELIDEZ PERMANENTE**.

A **Lei 6.194/74** dispõe sobre o **seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre** nos seguintes termos:

- 5 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

- 6 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)
DPVAT - Interposição contra sentença que julgou procedente a ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT. Acidente com trator. Indenização por seguro obrigatório devida. Invalidez permanente do autor comprovada. Sentença mantida. Apelação não provida. DPVAT (3777973320108260000 SP 0377797-33.2010.8.26.0000, Relator: Mario A. Silveira, Data de Julgamento: 15/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/06/2011)

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO.(TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

- 7 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

Assim, faz jus a **concessão do seguro pleiteado**, nos termos da legislação acima descrita.

IV – DOS PEDIDOS

POSTO ISSO, REQUER:

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuir condições de arcar com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da Súmula 54 do STJ, referentes ao seguro DPVAT;
5. Por se **tratar de matéria de direito**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
6. Seja condenado o réu em **custas processuais e honorários advocatícios** sobre o valor da causa.

- 8 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

João Pessoa, 13 de maio de 2019.

FRANCISCA CARDOZO DA SILVA

ADVOGADA

FRANCISCO ISRAEL CARDOZO DA SILVA

ADVOGADO

MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS

ADVOGADO

DOCUMENTOS EM ANEXO:

- 1- Outorga de poderes e declaração de pobreza
- 2- Documentos pessoais e comprovante de residência
- 3- Certidão hospitalar
- 4- Outros documentos

- 9 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orzins Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"

OUTORGANTE(S): Raphael Mendes de Lima, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG n.º 3.467.309 SP/PB e do CPF. n.º 092.894.274-00, residente e domiciliado à Rua Dom-bergador Sindolfo, 296, Casa Popular, Santa Rita/PB.

OUTORGADOS: FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o n.º 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 16769, e/ou DAVI CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n.º 24651, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

PODERES: Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante Seguradoras, a **Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT**, para tratar de assunto do seu interesse, assinando livros, requerimento, guias e documentos, **requerer o seguro DPVAT, em qualquer de suas modalidades, seja administrativamente ou judicialmente**, benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do CPC, prestar compromisso, declarações e acordo, receber alvará judicial, RPV e precatórios, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, com poderes para renunciar, sobretudo os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.**

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

Santa Rita, 13 de maio de 2019

x Raphael Mendes de Lima
OUTORGANTE(S)



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(LEI Nº. 7.115/83)

Eu, Raphael Mendes de Lima,
inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º 092.894.271-00, RG sob o n.º
3.467.308 SSP/PA, **DECLARO**, para os devidos fins, sob as penas da Lei (artigo
2º da Lei 7.115/83¹), que sou residente e domiciliado(a) à Rua Desembargador
Sindofio, 296, Popular, Sant Rita - PA
_____, conforme cópia de comprovante em anexo.

DECLARO, ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar sanção penal
prevista no art. 299 do código penal².

Sant Rita, 13 de maio de 2019

Raphael Mendes de Lima
DECLARANTE

¹ LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

² Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3467309 DATA DE EXPEDIÇÃO 11 JUL 2006

NOME **RAPHAEL MENDES DE LIMA**

FILIAÇÃO **Rosicleide Mendes de Lima**

Santa Rita.PB **21.03.1989.**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORDEM **Cert.Nasc.Nº43.705Fls.230Liv.**
A.37.Cart.de Santa Rita.PB.

CPF

João Pessoa - PB *[Assinatura]*
ASSINATURA DO DIRETOR

08/08/2006

CÓDIGO DE CONTROLE
10EC.E076.46BF.B07A

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 12:23:38 do dia 03/01/2012 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Almeida, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 08.123.854/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

6804381

REFERÊNCIA

AGO/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

ROSIMERE MENDES DE LIMA
RUA DES SINDULFO, 296 - POPULAR SANTA RITA PB
58301-180

| Inscrição | | SMI | Quantidade de Economias | | | | Responsável |
|---|--------------------|-------------|------------------------------|-----------|-------------------------------|---------|-------------|
| 003.001.360.0183.000 | | 000 | Residencial | Comercial | Industrial | Público | |
| | | | 1 | 0 | 0 | 0 | |
| Hidrômetro | Data de Instalação | Localização | Situação Água | | Situação Esgoto | | |
| Y12N066321 | 29/06/2012 | EXT LACR | LIGADO | | POTENCIAL | | |
| ANTERIOR | | ATUAL | CONSUMO (M3) | | NUM DE DIAS PROXIMA LEITURA | | |
| 1439 | | 1465 | 26 | | 31 10/09/2018 | | |
| HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS. | | | | | | | |
| JUL/2018 | 26 | 0 | PARAMETROS EXIG. | | ANALIS. CONFORMES | | |
| JUN/2018 | 29 | 0 | TURBIDEZ | | 79 | 80 80 | |
| MAI/2018 | 30 | 0 | CLORO | | 79 | 80 80 | |
| ABR/2018 | 28 | 0 | COL. TERMOT | | 0 | 0 0 | |
| MAR/2018 | 22 | 0 | COR | | 20 | 50 50 | |
| FEB/2018 | 20 | 0 | COL. TOTAIS | | 79 | 80 80 | |
| MÉDIA(H) | | 25 | DADOS REFERENTES A: JUN/2018 | | | | |

DATA DA IMPRESSÃO: 13/08/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 13:07:47

DESCRIÇÃO
ÁGUA

CONSUMO TOTAL(R\$)

| | | |
|---------------------------------|-------|-------|
| RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S) | | |
| ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE | 10 M3 | 37,91 |
| 11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3 | 10 M3 | 48,90 |
| 21 M3 A 30 M3 - R\$ 6,45 POR M3 | 6 M3 | 38,70 |
| ESGOTO | | |

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 11,61 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

24/08/2018

Total a Pagar:

R\$ 125,51



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INFANCIA É PERDIDA, NÃO TEM JOGO GANHO"



| MATRÍCULA | REFERÊNCIA | VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR |
|-----------|------------|------------|---------------|
| 6804381 | AGO/2018 | 24/08/2018 | R\$ 125,51 |

82610000001 5 25510010003 1 00680438101 7 08201830003 6



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:31:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511312236000000020596157>

Número do documento: 19051511312236000000020596157

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício e à requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Registro de Ocorrências desta Delegacia, encontrei a OCORRENCIA POLICIAL de Nº **1.521/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos **20/06/2018** nesta cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, e no Cartório desta Delegacia Distrital, onde se encontrava presente a Bel. Pedro Martins dos Santos, Delegado de Polícia Civil, comigo Escrivão de seu cargo, ao final assinado e declarado, por volta das **09:10** horas, compareceu:

NOME: **RAPHAEL MENDES DE LIMA**
NACIONALIDADE: **BRASILEIRO** ; **NATURALIDADE:** **S.RITA/PB**
ESTADO CIVIL: **Solteiro** ; **TELEFONE:** **9-8776-7904**
FILIAÇÃO: **Pai Não Declarado e de Rosicleide Mendes de Lima**
NASCIMENTO: **21/03/1989** ; **IDADE:** **29 ANOS DE IDADE**
ENDEREÇO: **R. Des.Simdulfo nº 296** **S.Rita/PB**
RG **3.467.309** **SSP/PB** ; **CPF: 092.894.274-00**

a qual notifica **Afirma o Notificante QUE no dia 12/02/2018 por volta das 20:hs30mim quando estava saindo desta Cidade de Santa Rita/PB com destino a Cidade de Lucena pela PB 025 em uma moto de Marca HONDA/NXR 160 TIPO BROS DE COR BRANCA ANO 2014 MODELO 2014 DE PLACA NQG-9411/PB CHASSI DE Nº 9C2KD0810FR41401, quando o mesmo perdeu o controle da moto em uma curva veio cair ao solo sendo socorrido por treseiro para o Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena conforme Laudo que tem o CID-10 Mais S42.0 Diagnóstico (S) Fratura de Clavícula Direita assinado pelo Drº JUAN JAIME ALCOBA ARCE que tem CRM-3323/PB, sendo esta moto em nome do Notificante conforme documentos. Nada mais a notificar, encerro este termo que lido e achado conforme, fica a notificante advertida das penas do que refere-se o Art. 299 do C P B. O referido é verdade. Dou fé.**

Notificante: Raphael Mendes de Lima

Santa Rita/PB, **20/06/2018**,
Escrivão de Polícia Ad Hoc



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013026765080
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
PRT 20170000012787-0
VIA 1 0103640066-0 00/00000000 2017

NOME
RAPHAEL MENDES DE LIMA

CPF / CNPJ
09289427400

PLACA
NOG9411/PB

PLACA ANT / UF
NOVO

CHASSI
PB 9C2KD0810FR414011

ESPECIE TIPO
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTÍVEL
ALCO/GASOL

MARCA / MODELO
HONDA/NXR160 BROS RSDD

ANO FAB. ANO MOD.
2014 2014

CAR / POT / CIL
2 P/162 / 40

CATEGORIA
BENTIC

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COTA ÚNICA

VENO COTA ÚNICA
00/00/0000

VENO / COTAS

IPVA

FAIXA I.R.V.A.

PARCELAMENTO / COTAS

2º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

DOCUMENTO DE DEPÓSITO OBRIGATORIO

NAO COTA ÚNICA TRANSFERENCIA

SANTA RITA/PB

14303

DATA
18/01/2017

109

PB Nº 013026765080 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2017

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO
2017

DATA EMISSÃO
18/01/2017

VIA

I 09289427400

CPF / CNPJ

PLACA
NOG9411/PB

RENAVAM

01036400660

MARCA / MODELO

HONDA/NXR160 BROS RSDD

ANO FAB.

2014

CAT. TARIF.

9

Nº CHASSI

9C2KD0810FR414011

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAV (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

SEGURO

PAGO

S COTA ÚNICA

PAGAMENTO

PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

17/01/2017

SEGURODORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.245.808/0001-04

10909-0803505-20170118





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Raphael Mendes de Lima
DATA DE NASCIMENTO 21/03/89
NOME DA MÃE Rosicleide Mendes de Lins

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 107511
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1062036
DATA DO ATENDIMENTO 12/02/18
HORA DO ATENDIMENTO 10:38
MOTIVO DO ATENDIMENTO Trauma
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de clavícula direita
CID 10 S42.0


AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, encaminhado do Htop, com fratura de clavícula há 24 dias, foi tentado tratamento conservador sem sucesso. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura da clavícula direita

ALTA HOSPITALAR: 14/03/18
DATA DA EMISSÃO: 01/06/18


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Identificação do paciente

| | | | | | |
|----------------------|---------------------------|--------------|----------|--|----------------|
| Nome | RAPHAEL MENDES DE LIMA | | | Sexo | Masculino |
| Data de nascimento | Idade | Estado civil | Religião | Prontuário | |
| 21/02/1989 | 28 anos 10 meses 22 dias | SOLTEIRO(A) | Pa | | |
| Nome | ROBICLEIDE MENDES DE LIMA | | | Responsável (Parentesco) | |
| Exatidão | FUNDAMENTAL INCOMPLETO | | | DORIVANIA LIMA DO NASCIMENTO MARQUES - ESPOSO(A) | |
| DDD Móvel | Fone Móvel | DDD Fixo | | Fone Fixo | |
| 63 | 987788555 | | | | |
| Tipo documento | Nº documento | Nº Cns | | UF | |
| RG (IDENTIDADE) | 3467309 | Tipo | | PB | |
| Local de procedência | Naturalidade | | Tipo | | UNIDADES SAUDE |
| UPA SANTA RITA | SANTA RITA | | CBOR | | |
| E-mail | | | | | |

Endereço

| | | | |
|----------|-------------------------|---------|------------|
| CEP | Município de residência | UF | Logradouro |
| 53301125 | SANTA RITA | PB | RIO BRANCO |
| Número | Complemento | Bairro | |
| 382 | | POPULAR | |

Admissão

| | | |
|---------------------|--------------------|----------|
| Data e Hora | Número da plaqueta | Convênio |
| 12/02/2019 00:23:54 | 1000006000461 | SUS |
| Classificação | | |

Especialidade

| | |
|------------------------|------------------------|
| CIRURGIA GERAL | Origem do paciente |
| Classificação de risco | OUTRA UNIDADE DE SAUDE |

Caráter de atendimento

| | |
|-------------------------|---------------------|
| Motivo do atendimento | Detalhe do acidente |
| ACIDENTE DE MOTOCICLETA | QUECA / OUTROS |

Indicadores e Transporte

| | | | |
|--------------------|------------------|-------------------|--------|
| Caso clínico | Plano de saúde | Via de ambulância | Trauma |
| Não | Não | Não | Não |
| Modo de transporte | Quem transportou | | |
| AMBULANCIA | | | |

Sinais Vitais

| | | | | |
|----|---|------|-------|-------------|
| PA | X | mmHg | Pulso | Temperatura |
|----|---|------|-------|-------------|

Exames complementares

| | | | | | | |
|----------------|-----------|----------|-------|-----------|--------|---------------------|
| Raio X [] | Sangue [] | Urina [] | TC [] | Liquor [] | ECG [] | Ultrassonografia [] |
| Dados clínicos | | | | | | |

Diagnóstico

| | |
|----------------------------|-------|
| Atendido por | Tempo |
| THIAGO FERNANDES DE ARAUJO | 44seg |

Imprimir

12-02-2019



CNES: 6121227

● **namnese**

EX FÍSICO: - DEFORMIDADE E DOR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
SEM DEFICIT NEUROVASCULAR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
FRATURA DE TERCIO MÉDIO DE CLAVÍCULA

ENEAIXAMENTO EM 8, DEPOIS RADIOGRAFIAS DE CONTROLE

(CD) (não realizados ainda) - ENFAIXAMENTO EM 8, DEPOIS MOVIMENTO

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)

RADIOGRAFIA DE CLAVICULA DIREITA

Dados coletados anteriormente

Conducta

Em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

MATHEUS MARINHO ENOMOTO
(: 10204/PB)

Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAIBA

AREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N. PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel:

CNES: 6121221

| | | | | |
|---|--------------------|---|---|--|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | | BAE 1062036 | Data/Hora Entrada 12/02/2018 00:23:54 | Data Saída |
| Data de Nascimento 21/03/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS | Telefone de Contato (83) 987786555 |
| Prontuário | | | | |
| Tipo ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | UF PB |
| Endereço RIO BRANCO, 383 | | Profissional DAVID DA SILVEIRA FARIAS DE MELO | | Nº Cons. Regional 7038/PB |
| Motivo QUEDA / OUTROS | | Data/Hora Prescrição 12/02/2018 00:28:35 | | |
| Data Hora Classificação 12/02/2018 00:23:54 | | Nº Matrícula | Senha | |

anamnese

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO
ENCAMINHADO DO OPRTOTRAUMA DEVIDO DOR EM OMBRO E HEMITORAX DIREITO

ABDOMEN INDOLOR A PALPACAO

CD: RX
AVALIACAO DA ORTOPEDIA

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO DIREITO

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)

CID10

| Código | Descrição |
|--------|------------------------------|
| 714.0 | Traumatismo não especificado |

Conduta

em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

David Silveira
Cirurgia Geral
CRM: 7038

DAVID DA SILVEIRA FARIAS DE MELO
(CRM: 7038/PB)

... registrado por THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 12/02/2018 00:24:36





ÁREA VERMELHA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

CNE 6121221

| | | | | |
|--|-------------|---|--|---------------------------------------|
| RAPHAEL MENDES DE LIMA | | BAE 1062036 | Data/Hora Entrada 12/02/2018 00:23:54 | Data Saída |
| Data Nascimento 15/05/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS | Telefone de Contato (83) 987766555 |
| RODOLFO MENDES DE LIMA | | | Prontuário | |
| RUA BRANCO, 383 | | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | UF PB |
| Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA | | Profissional MATHEUS MARINHO ENOMOTO | Nº Cons. Regional 10204/PB | |
| Data/Hora Classificação 12/02/2018 00:23:54 | | Data/Hora Prescrição 12/02/2018 13:20:41 | | |
| Nº Matrícula | | Senha | | |

anamnese

DOENTE APRESENTOU TRAUMA EM OMBRO DIREITO APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO.
EX FÍSICO - DEFORMIDADE E DOR EM TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA DIR.
SEM DEFICIT NEUROVASCULAR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
EX DE OMBRO DIR.: FRATURA DE TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA.

EX BOA REDUÇÃO DA FX DE CLAVÍCULA D(COM 8) + DR FRANCISCO

EX ALTA DA ORTOPEDIA
EX ALGESIA

CID10

Fratura de clavícula

Código

Descrição

Fratura de clavícula

Conduta

Em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

MATHEUS MARINHO ENOMOTO
(10204/PB)

Assinado eletronicamente por THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 12/02/2018 05:24:38



Assinatura e Carimbo do Profissional

12 de Fevereiro de 2018

PROCEDIMENTO MOBILIZAÇÃO E

Material a examinar

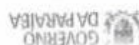
Data de 21/03/1989

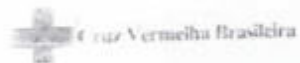
Nº Boletim Emergência 1062036

Prontuário

Nome RAFAEL MEUNDES DE LIMA

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

| | | | | |
|---|--|--|---|--|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | | BAE 1062036 | Data/Hora Entrada 12/02/2018 00:23:54 | Data Saída |
| Data de nascimento 21/03/1989 | Idade 28 | Sexo Masculino | CNS | Telefone de Contato (83) 987786555 |
| Nome ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | | | Prontuário |
| Endereço RIO BRANCO, 383 | | Bairro POPULAR | Município SANTA RITA | UF PB |
| Acidente QUEDA / OUTROS | Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA | Profissional STEFFERSON PINHEIRO DINIZ | Nº Cons. Regional 5762/PB | |
| Data/Hora Classificação 12/02/2018 00:23:54 | | Data/Hora Prescrição 12/02/2018 02:52:12 | | |
| Convênio SUS | | Nº Matricula | Senha | |

Anamnese

PACIENTE APRESENTOU TRAUMA EM OMBRO DIREITO APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO.
EX.FÍSICO: - DEFORMIDADE E DOR EM TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA DIR.
SEM DÉFICIT NEUROVASCULAR EM MEMBRO SUPERIOR DIR.
RXS DE OMBRO DIR.: FRATURA DE TERÇO MÉDIO DE CLAVÍCULA.
CD: ENFAIXAMENTO EM D; DEPOIS RADIOGRAFIAS DE CONTROLE.

PROCEDIMENTO

IMOBILIZAÇÃO S

CID10

| Código | Descrição |
|--------|----------------------|
| S42.0 | Fratura da clavícula |

Dados coletados anteriormente utilizar na impressão?

Conduta

Em observação

RAPHAEL MENDES DE LIMA

STEFFERSON PINHEIRO DINIZ
(CRM: 5762/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 12/02/2018 00:24:18

L16.0.8-8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&perform=imprimir&id=213323&pesquisa=S&&idPai=&classe=PRESCRICAO&condit



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:31:22

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511312272700000020596159

Número do documento: 19051511312272700000020596159

REQUISIÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

| | | |
|--------------------------------|----------------------------------|------------|
| Nome RAPHAEL MENDES DE LIMA | | |
| Data de 21/03/1989 | Nº Boletim Emergência 1062036 | Prontuário |
| Material a examinar | | |

EXAME DE IMAGEM
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO DIREITO
RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)

Pinto Almeida (Artista) (Costado)

52 02 18
00:55

Pedro Alves Jr.
CRTR. Nº 010627

David Silveira
Eugenia Geral
BRM 7039

RX 02 18
12 11 53

Artista

*10/03/19
m. 10/03/19
03/16*

out + 10/03

12 de Fevereiro de 2018

Assinatura e Carimbo do Profissional





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831114316

Data Nasc: 21/03/1989 - 28 anos

Paciente: RAPHAEL MENDES DE LIMA

Data Exame: 12/02/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO DIREITO

Técnica:

Aquisição volumétrica com reconstrução multiplanar, sem a injeção de contraste iodado endovenoso.

Análise:

● Fratura cominutiva no terço médio da clavícula com diástase dos fragmentos.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.

Este laudo foi liberado em 12/02/2018 08:01.



Dr. Phydias L. F. de Carvalho
CRM 6933 - PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

| | |
|--------------------|---------------------------|
| NOME DO PACIENTE | RAPHAEL MENDES DE LIMA |
| DATA DE NASCIMENTO | 21/03/89 |
| NOME DA MÃE | ROSICLEIDE MENDES DE LIMA |

DADOS EXTRAÍDOS

| | |
|------------------------|------------------------------|
| BOLETIM DE ENTRADA N.º | 1.067.235 |
| DATA DO ATENDIMENTO | 12/02/18 |
| HORA DO ATENDIMENTO | 00:23 |
| MOTIVO DO ATENDIMENTO | ACIDENTE EDE MOTOCICLETA |
| DIAGNÓSTICO (S) | FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA |
| CID 10 | S42.0 |

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referindo dor em ombro direito, dor e deformidade em terço médio de clavícula direita. Abdomen sem queixas. Glasgow 15. Presença de fratura em terço médio de clavícula direita. Imobilização em 8.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de ombro direito
RX de torax

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de clavícula direita

TRATAMENTO:

Redução e imobilização de fratura de clavícula direita.

| | |
|------------------|----------|
| ALTA HOSPITALAR: | 12/02/18 |
| DATA DA EMISSÃO: | 25/05/18 |

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



AV. ORETTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel: 5332165700

Boletim de Atendimento: 1067235



Identificação do paciente

| | | |
|------------------------------------|------------------------------------|--|
| ID 449486 | Nome RAPHAEL MENDES DE LIMA | Sexo Masculino |
| Data de nascimento 21/03/1993 | Idade 28 anos 11 meses 13 dias | Estado civil SOLTEIRO(A) |
| Religião Protestante | Pai NÃO DECLARADO | Responsável (Parentesco) LUZINETE MENDES DE LIMA - AVO(O) |
| Endereço FUNDAMENTAL INCOMPLETO | DDD Móvel 83 | DDD Fixo Fone Fixo |
| Fone Móvel 957786555 | Número documento 3467309 | Nº Cns 7018032347986572 |
| Tipo documento RG (IDENTIDADE) | Local de procedência SANTA RITA | Tipo MUNICIPIO |
| UF PB | Naturalidade SANTA RITA | CBO/R |

Endereço

| | | | |
|-----------------|---------------------------------------|-------------------|--------------------------|
| CEP 58301195 | Município de residência SANTA RITA | UF PB | Logradouro RIO BRANCO |
| Número 383 | Complemento | Bairro POPULAR | |

Admissão

| | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| Data e Hora 06/03/2018 10:38:59 | Número da pulseira 1010006377327 | Convênio SUS |
| Especialidade ORTOPEDIA | Clinica | Origem do paciente RESIDENCIA |
| Classificação de risco | Motivo do atendimento TRAUMA | Detalhe do acidente OUTROS |

Indicadores e Transporte

| | | | |
|--|-----------------------|---------------------------|---------------|
| Caso policial Não | Plano de saúde Não | Veio de ambulância Não | Trauma Não |
| Modo de transporte CARRO PARTICULAR | Quem transportou | | |

Sinais Vitais

| | | |
|--------------|-------|-------------|
| Pa X mmHg | Pulso | Temperatura |
|--------------|-------|-------------|

Exames complementares

| | | | | | | |
|-----------|-----------|----------|-------|-----------|--------|--------------------|
| Raio X [] | Sangue [] | Urina [] | TC [] | Liquor [] | ECG [] | Ultrasonografia [] |
|-----------|-----------|----------|-------|-----------|--------|--------------------|

| | | |
|---|----------------------|----|
| Dados clínicos | Diagnóstico | CD |
| Atendido por ARNE WALESKA PEREIRA LIMA | Tempo 02min 23seg | |

Imprimir

06/03/2018 10:44





Documento de Alta

| | | | |
|---|--------------------|--|--------------------------------------|
| Nome: RAPHAEL MENDES DE LIMA | | | Número Prontuário: 107511 |
| Data de 01/03/1989 | Sexo: Masculino | Data de Internação: 05/03/2018 12:07:40 | Data de Alta: 14/03/2018 16:28:42 |
| Motivo da alta: ALTA HOSPITALAR | | | |
| Conduta: PACIENTE SUBMETIDO A RAFI DE FRATURA DA CLAVÍCULA DIREITA EVOLUINDO SEM E SEM INTERCORRÊNCIAS | | | |
| Resumo da Internação: | | | |
| Resultado de Exames: | | | |
| Tratamento: RAFI DE FX DA CLAVÍCULA DIREITA | | | |
| Diagnóstico: S42.0 - Fratura da clavícula | | | |
| Recomendações: ITAR MOVIMENTOS DO OMBRO, MOVIMENTAR COTOVELO SEM PEGAR PESO. | | | |

Data: 14/03/2018

Dr. José Renná Gomes
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9121 / CRM-PE 21423
TEOT 15012

JOSE RENNA GOMES DA SILVA
CRM: 9121 - PB





Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N., JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

| | | | |
|---------------------------|--------------|----------------------|---------------------|
| Paciente | BAE | Data/Hora Entrada | Data Baixa |
| RAPHAEL MENDES DE LIMA | 1067235 | 06/03/2018 10:38:58 | |
| Data de nascimento | Idade | Sexo | CNS |
| 21/03/1989 | 28 | Masculino | 701803234786572 |
| Mãe | | | Telefone de Contato |
| ROSICLEIDE MENDES DE LIMA | | | (83) 987786555 |
| | | | Prontuário |
| Endereço | Bairro | Município | UF |
| RIO BRANCO, 383 | POPULAR | SANTA RITA | PB |
| Acidente | Motivo | Profissional | Nº Cons. Regional |
| OUTROS | TRAUMA | PEDRO ROMAO DANTAS | 9799/PB |
| Data/Hora Classificação | | Data/Hora Prescrição | |
| 06/03/2018 15:43:14 | | 06/03/2018 11:16:13 | |
| Convênio | Nº Matrícula | | Senha |
| US | | | |

Anamnese

paciente encaminhado do htop por dr steferson com fratura de clavícula direita há 24 dias, foi tentado o tratamento conservador sem sucesso
cd: internação hospitalar para procedimento cirurgico

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 6/6H

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

ONDANSETRONA 8MG/4ML (AMPOLA 4ML), ADMINISTRAR 8,0 MG VIA E.V., 8/8H, SE NECESSÁRIO SE NAUSEAS (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 24,0)

CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 1,0 COMPRIMIDO VIA ORAL, AGORA, (OBSERVAÇÕES: SE PAS > 160 OU PAD > 110 ; AVISAR PLANTONISTA DE PAS > 200)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 2000,0 ML VIA E.V. 24H, 0,0 (MGTSM)

OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA, ADMINISTRAR 2,0 CÁPSULA VIA ORAL, 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES: EM JEJUM, PELA MANHÃ)

GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., AGORA, 0,0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: SE HGT <60)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V. 8/8H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

TRAMADOL 50MG /ML INJETÁVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H, SE NECESSÁRIO SE DOR INTENSA (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 6,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V. 12/12H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H

CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES: DIÁRIO)

HGT 6/6HS

16.0.6.3080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=231551&pesquisa=S&perform=



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:31:22

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511312272700000020596159

Número do documento: 19051511312272700000020596159

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

INSULINA REGULAR CONFORME HGT

SSVV + CCGG

EXAME LABORATORIAL

HEMOGRAMA

COAGULOGRAMA COMPLETO

CID10

| Código | Descrição |
|--------|----------------------|
| S42.0 | Fratura da clavícula |

Conduta

Internar Paciente

RAPHAEL MENDES DE LIMA

PEDRO ROMÃO DANTAS
(9799/PB)



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNPJ: 2778896 - Tel.: 3332165700

Impresso por: ALISSON
FABIO FERNANDES VIEIRA
Em: 11/03/2018 06:56:11

| | | | |
|---|--|---|-----------------------------|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | Boletim de Atendimento 1067235 | Data/Hora Entrada 06/03/2018 10:38:59 | Data/Hora Saida |
| Data de nascimento 21/03/1989 | Idade Sexo Masculino | CNS 701803234786572 | Prontuário 107511 |
| Tempo de Internação | Convênio SUS | | Plantão NOTURNO |

EVOLUÇÃO MEDICA (ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA - 11/03/2018 06:56:10)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

ORTOPEDIA

fratura TERÇO MÉDIO de clavícula DIREITA

HEMOGRAMA E COAGULOGRAMA SEM ALTERAÇÕES

AGUARDA PROGRAMAÇÃO CIRÚRGICA

OPME: PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5

Seção: ÁREA VERDE ENF 36 Leito: 0009

Profissional responsável pela informação: ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA

Número Conselho: 6013

Dr. Alisson F. F. Vieira
Ortopedia - Traumatologia
CRM-PB 6913 / CRM-PE 17606
SBOT 12614



AV. ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNES: 2778896 - Tel.: 8332165700

Impresso por: ALISSON
FABIO FERNANDES VIEIRA
Em: 10/03/2018 06:50:13

| | | | |
|---|--|---|-------------------------------|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | Boletim de Atendimento 1967235 | Data/Hora Entrada 06/03/2018 10:38:59 | Data/Hora Saída |
| Data do nascimento 21/03/1989 | Idade | Sexo Masculino | CNS 701803234786572 |
| Tempo de Internação | Convênio SUS | Prontuário 107511 | Plantão NOTURNO |

EVOLUÇÃO DO PACIENTE (ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA - 10/03/2018 06:50:05)

EVOLUÇÃO DO PACIENTE

PROCEDIMENTO:

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

FRATURA DA CLVÍCULA

EVOLUI ESTÁVEL

PRE OP OK

AGUARDA CIRURGIA

Seção: ÁREA VERDE ENF 36 Leito: 0009

Profissional responsável pela informação: ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA

Número Conselho: 6913



AV. DRESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM
CNPJ: 2775656 - Tel: 8332155700



Impresso por: JOSE LIRA MENDES
Em: 09/03/2016 12:17:47

| | | | | |
|---|-----------|--|---|-----------------------------|
| Paciente RAPHAEL MENDES DE LIMA | | Boletim de Atendimento 1067235 | Data/Hora Entrada 06/03/2016 10:38:59 | Data/Hora Saída |
| Data de nascimento 21/03/1989 | Idade | Sexo Masculino | CNS 701803234786572 | Prontuário 107511 |
| Tempo de Internação | | Convênio SUS | Plantão DIURNO | |

EVOLUÇÃO MEDICA (LUCIANO JOSE LIRA MENDES - 09/03/2018 12:17:35)

EVOLUÇÃO

PROCEDIMIENTO

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO

ORTOPEDIA

fratura TERÇO MÉDIO de clavícula DIREITA
HEMOGRAMA E COAGULOGRAMA SEM ALTERAÇÕES
AGUARDA PROGRAMAÇÃO CIRÚRGICA
OPME: PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3.5


Seção: AREA VERDE ENF 36 Leito: 0009

Profissional responsável pela informação: LUCIANO JOSE LIRA MENDES

Número Conselho: 4290

On 10/10/13
Order # 4010





SUS

Sistema Único de Saúde

Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Folha 1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde -

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTO-SOLICITANTE

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

19 - COD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

21 - COD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

22 - DIAGNÓSTICO PRINCIPAL

23 - CID 10 PRINCIPAL

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

27 - COD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE
☐ DIÁRIA DE UTI TIPO I
☐ DIÁRIA DE UTI TIPO II
☐ DIÁRIA DE UTI TIPO III

29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

30 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

31 - UTI

32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

33 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

34 - UTI

35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

36 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

37 - UTI

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Assinatura

Assinatura do Profissional - ASD

Assinatura

Dr. S. S. KOMPARE

Especialista (Ginecologia) da maternidade S. S. KOMPARE

Os procedimentos solicitados encontram-se em 1113, S/10

Coeficiente de Risco de Complicação - 1

PROFISSIONAL SOLICITANTE

39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

40 - DATA DA SOLICITAÇÃO

41 - DOCUMENTO

42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - COD. ORÇÃO EMISSOR

46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

47 - DOCUMENTO

48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROF. (FUNK) SOLICITANTE

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)





RELATÓRIO DE CIRURGIA

12/3/2018

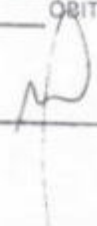
NOME: **RAPHAEL MENDES DE LIMA** BE/PRONTUÁRIO: **1067235**
IDADE: **28** SEXO: ☒ MASC ☐ FEM COR: DATA: **12/3/2018**
CLÍNICA /SETOR: **ORTOPEDIA** EMP: LR:
CIRURGIA: **TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA**
CIRURGIÃO: **DR LUCIANO LIRA** 1º ASS: **DR MATHEUS MR2**
2º ASS: 3º ASS:
INSTRUMENTADOR: ANESTESISTA:
TIPO DE ANESTESIA: **BLOQUEIO PLEXO BRHORARIO** INÍCIO: TÉRMINO:

| DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO | CID |
|------------------------------|-----|
| FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS | CÓDIGO |
|--|--------|
| TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

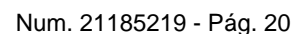
ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO: ☐ SIM ☒ NÃO
DESCRIÇÃO:
BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO: ☐ SIM ☒ NÃO

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:
☒ ENFERMARIA ☐ TERAPIA INTENSIVA
☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM:  DATA: **12/3/2018**



FINCH, A. M. 1983. p. 20.



FICHA DE ANESTESIA

DATA: 12/01/18

PRONTUÁRIO: 1207323

PACIENTE: Felipe Almeida dos Santos SEXO: M COR: IDADE: 1

PRESSÃO ARTERIAL 93 PULSO 93 RESPIRAÇÃO TEMPERATURA PESO GRUPO SANGÜÍNEO

ESTADO GERAL BOM (REGULAR / MAL / PÉSSIMO) RISCO CIRÚRGICO BOM (REGULAR / MAL)

EXAMES COMPLEMENTARES

AP. RESPIRATÓRIO Estável AP. CIRCULATÓRIO Estável

AP. DIGESTIVO Bom ESTADO MENTAL Alerta DROGAS EM USO

PRÉ-ANESTÉSICO ESTADO PRÉ-OPERATÓRIO

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO Fratura de 2.ª metáfase direita

CIRURGIA REALIZADA Enxerto de osso da tíbia do quadril

CONTROLE Dr. J. Almeida CO-AUXILIARES Dr. R. S.

INÍCIO DA ANESTESIA 13:45 TÉRMINO DA ANESTESIA 15:15 DURAÇÃO DA ANESTESIA

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO QUANT. DE CH. VALORES RS

ANESTESISTA Dr. Felipe CPF CRM-PB



☐ ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☐ ESPINAL ☐ BLOC PLEXO ☐ BLOC NERVOS ☐ OUTROS

Medicamentos e materiais usados no ato anestésico

| | | |
|----|------------------------|----|
| 1 | Midazolam 5mg + 1mg | 11 |
| 2 | Fentanyl 100mcg | 12 |
| 3 | Propofol 100mg | 13 |
| 4 | Sevoflurane 100% 150ml | 14 |
| 5 | O2 100% 150ml | 15 |
| 6 | Etomidato 1mg | 16 |
| 7 | Desflurane 100% | 17 |
| 8 | Propofol 100mg | 18 |
| 9 | | 19 |
| 10 | | 20 |

Assinatura do Anestesiologista: [Assinatura]



RELATÓRIO DE CIRURGIA

| DESCRIÇÃO DA CIRURGIA |
|--|
| Posição e Preparo: |
| PACIENTE EM "CADEIRA DE PRAIA" SOB ANESTESIA |
| ASSEPSIA E ANTISSEPSIA |
| APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS |
| Incisão: |
| VIA DE ACESSO ANTERIOR A CLAVICULA |
| AVULSÃO E DISSECÇÃO POR PLANOS |
| CUIDADOS DE HEMOSTASIA |
| Achados: |
| FRATURA DE CLAVICULA DIREITA |
| Condução: |
| REDUÇÃO DA FRATURA SOB VISUALIZAÇÃO DIRETA |
| FIXAÇÃO COM PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE 8 FUROS + 6 PARAFUSOS CORTICAIS |
| REVISÃO DA HEMOSTASIA |
| LIMPEZA COM SF |
| FECHAMENTO POR PLANOS |
| Fechamento: |
| SUTURA |
| CURATIVOS ESTEREIS |
| RX DE CONTROLE |
| Observação: |
| TPOIA M-J |

Médico/CRM:

João Pessoa,

12/3/2018



Documentos Invalidiz Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta e Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

documentação completa.

SINISTRO 3190085391 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RAPHAEL MENDES DE LIMA

COBERTURA Invalidiz

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Plataforma

Digital SL

BENEFICIÁRIO RAPHAEL MENDES DE LIMA

CPF/CNPJ: 09289427400

Posição em 13-05-2019 14:52:14

Não conseguimos identificar, na documentação apresentada, a existência e o grau das lesões permanentes ocasionadas pelo acidente de trânsito. Ressaltamos que tentamos agendar uma perícia médica, porém, não conseguimos contato com a vítima para comparecimento ao exame. Por gentileza, caso tenha interesse em dar continuidade ao pedido de indenização, retorne ao local em que deu entrada e atualize seus dados de contato.

| Descrição | Tipo | Status | Nome |
|-----------------------------|--------------|--------------|------------------------|
| → Comprovante de residência | Beneficiário | Não Conforme | RAPHAEL MENDES DE LIMA |

Histórico das correspondências enviadas

| Data da Carta | Referência | Ver Carta |
|---------------|----------------------|-----------|
| 23/03/2019 | Exigência Documental | |
| 15/03/2019 | Interrupção de Prazo | |
| 02/02/2019 | Aviso de Sinistro | |
| 02/02/2019 | Exigência Documental | |

Receba a notificação do Seguro DPVAT

